



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ERIKA AIANY DE SOUZA ALVES

**ESTUDO COMPARATIVO DOS CONTEÚDOS EXIGIDOS EM
CONCURSOS PÚBLICOS NO PERÍODO DE 2013 A 2014 E AS
EMENTAS DAS DISCIPLINAS CONTABILIDADE PÚBLICA,
AUDITORIA GOVERNAMENTAL E ORÇAMENTO PÚBLICO
MINISTRADAS NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

Natal/RN
2014

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Alves, Erika Aiany de Souza.

Estudo comparativo dos conteúdos exigidos em concursos públicos no período de 2013 a 2014 e as ementas das disciplinas contabilidade pública, auditoria governamental e orçamento público ministradas no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte / Erika Aiany de Souza Alves. - Natal, RN, 2014.

68f. : il.

Orientadora: Profa. M. Sc. Halcima Melo Batista.

Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Contábeis.

1. Ensino superior – Ciências contábeis - Monografia. 2. Concursos públicos - Contabilidade – Monografia. 3. Contabilidade pública - Monografia. 4. Orçamento público - Monografia. 5. Auditoria governamental - Monografia. I. Batista, Halcima Melo. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 378.147.091.32

ERIKA AIANY DE SOUZA ALVES

**ESTUDO COMPARATIVO DOS CONTEÚDOS EXIGIDOS EM
CONCURSOS PÚBLICOS NO PERÍODO DE 2013 A 2014 E AS
EMENTAS DAS DISCIPLINAS CONTABILIDADE PÚBLICA,
AUDITORIA GOVERNAMENTAL E ORÇAMENTO PÚBLICO
MINISTRADAS NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito para a obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^a Halcima Melo Batista, M.Sc.

Natal/RN
2014

ERIKA AIANY DE SOUZA ALVES

**ESTUDO COMPARATIVO DOS CONTEÚDOS EXIGIDOS EM
CONCURSOS PÚBLICOS NO PERÍODO DE 2013 A 2014 E AS
EMENTAS DAS DISCIPLINAS CONTABILIDADE PÚBLICA,
AUDITORIA GOVERNAMENTAL E ORÇAMENTO PÚBLICO
MINISTRADAS NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

Aprovada em: __/__/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Halcima Melo Batista, Ms.C
Orientadora

Prof^º. Anailson Marcio Gomes, Dr.
Membro

Prof^º. Ronaldo José Rêgo de Araújo
Membro

Natal/RN
2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me guiado durante esse duro semestre. Por ter tido misericórdia de mim e não ter me abandonado, sobretudo nos meus piores dias.

Ao melhor amigo e companheiro Geovane, meu parceiro de profissão e de vida, que com toda a sua generosidade esteve sempre disposto a me orientar e a me amparar.

A melhor amiga e irmã Edjanny, minha cúmplice na vida e agora membro da nossa família contábil.

Ao meu tio Alberício, que me orientou como um pai e me forneceu as melhores ferramentas para estar aqui neste momento.

Ao meu avô Agrício (in memorian), que com toda a sua simplicidade me deu carinho, valiosos ensinamentos e ótimas lembranças.

A minha avó Francelina, minha tia Eliesé e tantos outros familiares que participaram da minha vida das mais diversas maneiras e deram as suas contribuições para hoje eu ser quem eu sou.

A professora e orientadora, Halcima Melo Batista, pela ajuda, sugestões e ensinamentos durante esse semestre e no primeiro semestre do curso, em Contabilidade Básica. Como também a todos os professores que ajudaram a construir o conhecimento contábil em mim.

Aos meus amigos Luiz e Poliana, meus estimados colegas de sala, pelos brilhantes e inesquecíveis parcerias de sala realizadas com vocês. Aos meus amigos de base, veteranos de curso e chegados, pelos momentos memoráveis e por terem sido exemplos para mim, em especial a Angélica, Elayne, Helderlane, Pedro e Alícia.

“Porque desde a antiguidade não se ouviu, nem com ouvidos se percebeu, nem com os olhos se viu um Deus além de ti que trabalha para aquele que nele espera.”

Isaías 64:4

RESUMO

A carreira na área pública é muito visada pelos brasileiros. Atualmente são cerca de 12 milhões de brasileiros inscritos em certames ao ano segundo a ANPAC – Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos Públicos. Atraídos por estabilidade e bons salários, os egressos do curso de Ciências Contábeis passam a ver, cada vez mais, os cargos públicos como uma boa oportunidade de começar a carreira profissional. Devido a referida demanda, o presente estudo objetiva investigar se as ementas das disciplinas de Orçamento Público, Contabilidade Pública e Auditoria Governamental do curso de Ciências Contábeis da UFRN compreendem os tópicos exigidos nos editais de organizadoras de concursos públicos. Trata-se de uma pesquisa descritiva, utilizando de um estudo de caso como procedimento e valendo-se de uma abordagem quantitativa. Foram analisados 63 editais de concursos entre 2013 e 2014 da Cespe, FCC e ESAF em que pessoas com o diploma de graduação em contabilidade poderiam concorrer. O estudo identificou a disciplina de Orçamento Público como a mais frequente nos concursos selecionados, logo seguida de Contabilidade Pública, quantificou, ainda, a abrangência das ementas em relação a todos os conteúdos exigidos nos editais. Além disso, apresentou os tópicos mais recorrentes nas seleções e o quanto as ementas compreendem tais temas. Com isso, os resultados podem permitir que os alunos do curso de Ciências Contábeis desta instituição de ensino superior tenham uma ilustração do nível de preparação do curso para concursos públicos. Pode, ainda, auxiliar professores da instituição na decisão de manutenção ou alteração das ementas das referidas disciplinas de maneira que consigam cumprir com a função primordial do ensino superior, a preparação para o mercado de trabalho.

Palavras-Chave: Concursos Públicos. Ensino Superior. Orçamento Público. Contabilidade Pública. Auditoria Governamental.

ABSTRACT

A career in the public sector is a very targeted sector by Brazilians. Currently there are about 12 million subscribers in Brazilian exams a year according to ANPAC - National Association of Protection and Support of Public Position. Attracted by stability and good wages, the Accounting course graduates come to see, increasingly, public office as a good opportunity to start his professional career. Due to this demand, this study aims to investigate whether the menus of Public Budget disciplines, Public Accounts and Government Auditing course of UFRN Accounting understand the topics required in traditional organizers of tenders for public procurement. This is a descriptive research, using a case study as a procedure and making use of a quantitative approach. We analyzed 63 notices of contests between 2013 and 2014 Cespe, FCC and ESAF where people with the accounting undergraduate degree could compete. The study identified the public budget discipline as the most frequent in selected competitions, soon followed by Public Accounting, quantified, yet, the scope of menus for all the contents required in the tender documentation. He also produced the most recurrent topics on selections and how the menus include such topics. Thus, the results may allow students of Accounting of this institution of higher education have a travel preparation level illustration for tenders. It can also assist teachers in maintaining the institution's decision or changing menus of those disciplines so that they can comply with the primary function of higher education, preparation for the job market.

Keywords: Public Position. College Education. Public Budget. Public Accounting. Government Auditing.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	TEMA E PROBLEMA	8
1.2	OBJETIVOS	10
1.2.1	Geral.....	10
1.2.2	Específicos	10
1.3	JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	11
1.4	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	PAPEL DO ENSINO SUPERIOR NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS	12
2.2	CONTABILIDADE PÚBLICA	18
2.3	ORÇAMENTO PÚBLICO	21
2.4	AUDITORIA GOVERNAMENTAL’’	23
2.5	CONCURSOS PÚBLICOS, ATRATIVIDADE DO SETOR E PRINCIPAIS BANCAS	25
3	METODOLOGIA	28
3.1	TIPO DE PESQUISA.....	28
3.2	UNIVERSO E AMOSTRA.....	28
3.3	INSTRUMENTO E PROCESSO DE COLETA DE DADOS.....	29
3.4	INTERPRETAÇÃO E ANÁLISES DE DADOS	29
3.5	LIMITAÇÕES.....	30
4	ANÁLISE DOS DADOS	31
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
	REFERÊNCIAS	43
	APÊNDICES.....	50

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA

A área de atuação do profissional contábil é ampla, podendo exercer diversas atividades na área privada e na pública como, por exemplo, a de controladoria, auditoria, perícias contábeis, escrituração, entre outras. A profissão contábil está intimamente ligada à entidade e a área privada tende a ser a que mais contrata esse profissional, devido à existência preponderante de empresas privadas no país. Nesse sentido, quanto mais empresas forem criadas, mais serviços contábeis serão demandados.

Diante de um cenário empresarial competitivo, as empresas precisam inovar constantemente os seus processos, aliados a uma melhor gestão dos seus recursos. Uma entidade competitiva não pode se desvincular de um eficiente controle do seu patrimônio. Nesse sentido, é necessário que as empresas mantenham sua contabilidade tecnicamente adequada, respeitando os Princípios Contábeis, de forma a auxiliá-las na condução dos seus negócios.

Pelo fato de o profissional contábil ter como objeto de estudo o Patrimônio da entidade, ele consegue identificar as áreas deficientes de um empreendimento e, portanto, torna-se capaz de atuar como um guia orientador do gestor, contribuindo para o sucesso da organização. Atualmente, os serviços de contabilidade são prestados por técnicos de contabilidade ou contadores graduados em instituições de ensino superior. De acordo com o portal do Conselho Federal de Contabilidade – CFC (2014) existem no Brasil 504.778 profissionais ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade até o dia 17 de outubro de 2014. Desse total, 62,26% se referem a contadores graduados e os 37,74% restantes são preenchidos por técnicos.

Com o número crescente de empresas sendo criadas a cada ano, o segmento de micro e pequenas empresas torna-se um setor inicialmente atraente para os novos egressos do curso de Ciências Contábeis. Entretanto, o que se observa é que, geralmente, esses novos empreendedores não estão dispostos a pagar adequadamente ao contador por seus serviços. Essa realidade é compreensível pela visão que a sociedade brasileira ainda possui acerca do profissional contábil que, segundo Niyama (2006), exerce apenas um trabalho para o governo realizando a escrituração e apuração do Imposto de Renda. Dessa forma, o trabalho do

contador passa a ser subestimado e desvalorizado, devido ao fato dessa visão ainda ser arraigada nos pequenos empreendedores.

Outro ponto que ocasiona um desestímulo aos novos contadores nesse nicho de mercado é que existe uma prática entre os contabilistas de realizar serviços por valores abaixo do piso salarial estabelecido pelo CFC (BIANCO, 2005). Geralmente, tal prática é realizada por esses profissionais com o intuito de obter mais contratações, porém prejudica e desvaloriza a classe contábil. Corroborando com isso, a pesquisa realizada pelo CFC (2013) aponta a falta de valorização pela sociedade e a concorrência desleal como umas das principais dificuldades enfrentadas pelo contador no exercício profissional.

Em meio a esse contexto, o concurso público se destaca pois, segundo Machado (2014), permite que candidatos a partir dos 18 anos consigam seu primeiro emprego sem se prejudicar pela falta de experiência e, ainda, que profissionais de 35 a 40 anos alcancem uma recolocação no mercado de trabalho. Isso se deve às características democráticas do instrumento do concurso público que procura determinar a capacidade dos candidatos em assumir o cargo, pelo qual concorrem, exigindo variados conhecimentos de forma igualitária e imparcial. Desse modo, as instituições que realizam as provas devem fornecer o conteúdo por meio de edital. Dessa maneira, qualquer interessado pode se preparar para a seleção do certame.

Segundo Goulart, Revista Veja (2013), até metade da década de 1990 progredir no serviço público era mais difícil e os salários eram, em média, 30% inferiores aos pagos na iniciativa privada. Com a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), houve uma reforma na administração do estado, com diversos ganhos, tais como a valorização salarial. Já no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) houve três vezes mais contratações do que durante o governo de FHC, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2014). Entretanto, ainda segundo o IPEA, devido à saída de servidores, a maioria por aposentadoria, o número de servidores ativos na administração federal em 2010 (631 mil) está abaixo do pico verificado em 1992 (680 mil).

Subentende-se, pelos dados apresentados, que apesar do aumento na contratação de servidores públicos ainda há a necessidade da realização de mais concursos para o preenchimento das vagas necessárias ao serviço público. Além da demanda por novos servidores, percebe-se como a área pública pode ser atraente para os novos formandos dos cursos de contabilidade que enxergam nela um caminho estável para se conseguir o primeiro emprego. Em meio a esses elementos, tem-se a estabilidade e salários acima dos praticados na área privada como sendo, também, fatores que contribuem para o aumento da procura por

cargos públicos no Brasil (IBGE, 2012). Diante da referida demanda existente por cargos públicos, surge a seguinte problemática de pesquisa: *As ementas das disciplinas Orçamento Público, Contabilidade Pública e Auditoria Governamental do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) são capazes de atender aos conteúdos exigidos nos editais de concursos públicos para cargos compatíveis com o diploma de bacharel em Ciências Contábeis?*

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

De acordo com Lakatos e Marconi (2010, p. 102) “o objetivo geral está ligado a uma visão global e abrangente do tema, relacionando-se com o conteúdo intrínseco, quer dos fenômenos e eventos, quer das ideias estudadas”. Assim, a presente pesquisa pretende verificar se as ementas das disciplinas de Orçamento Público, Contabilidade Pública e Auditoria Governamental, principais disciplinas do curso de Ciências Contábeis da UFRN voltadas à área pública, são capazes de atender às matérias exigidas nos editais das bancas de concursos públicos selecionadas, de 2013 à 2014, compatíveis com o diploma de bacharel em Ciências Contábeis.

1.2.2 Específicos

Para Lakatos e Marconi (2010, p. 102), “os objetivos específicos têm a função intermediária e instrumental, permitindo, de um lado, atingir o objetivo geral e, de outro, aplicar este a situações particulares”. Os objetivos específicos devem promover o alcance do objetivo geral e, para isso, eles delimitam fases a serem atingidas a se encontrar na solução do problema. Para o presente trabalho, os objetivos específicos são:

- Verificar as disciplinas mais frequentes nos editais de concursos das bancas selecionadas;
- Quantificar a abrangência das ementas em relação a todos os conteúdos exigidos nos editais;

- Medir o quanto as ementas das disciplinas compreendem os temas com maiores incidências nos concursos;
- Analisar a relevância dos itens que não estão contemplados nas ementas.

1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A relevância do estudo mostra-se presente, pois o setor público é, atualmente, requisitado pelos brasileiros e também é um dos ramos profissionais desejados pelos graduados logo após o curso de Ciências Contábeis. Os resultados permitem aos discentes e docentes verificar se o curso de graduação consegue atender a essa demanda cada vez mais crescente.

1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A presente pesquisa analisa os editais de Concursos Públicos das Bancas organizadoras Fundação Carlos Chagas (FCC), Escola de Administração Fazendária (ESAF) e Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cespe) no período de 2013 a 2014. A fim de analisar os concursos com cargos que permitam os graduados em Ciências Contábeis assumir, encontrou-se nesse período um total de 63 editais e 85 cargos. Os dados utilizados se limitam aos obtidos junto aos sites da FCC (<http://www.fcc.org.br/institucional/>), ESAF (<http://www.esaf.fazenda.gov.br/>) e Cespe (<http://www.cespe.unb.br/>), enquanto que os Conteúdos Programáticos das disciplinas foram obtidos no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da UFRN (<https://sigaa.ufrn.br/sigaa/portais/discente/turmas.jsf>).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PAPEL DO ENSINO SUPERIOR NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS

O processo de formação profissional está intimamente ligado ao processo educacional. Para exercer a profissão com competência, o indivíduo necessita de uma série de conhecimentos e habilidades, as quais só podem ser obtidas através de base educacional adequada e prática no âmbito do trabalho. Portanto, a formação de um profissional competente não pode ser desvinculada de uma boa educação.

Slomski et al. (2010, p. 166) definem a educação como “instrumento da sociedade para garantir e manter a sua estrutura, normas e valores”. Segundo os mesmos autores, a educação tem a função de formar sujeitos preparados para a responsabilidade social e estes devem ser formados para se adaptarem às normas vigentes e ao mercado de trabalho.

O ensino de qualidade é aquele que ultrapassa o nível transmissão da informação apenas, promovendo uma construção de conhecimento e o transformando em habilidades e competências de atuações profissionais (SLOMSKI et al. , 2010).

Nesse sentido, o professor desempenha um papel fundamental na construção de tais competências uma vez em que ele se torna o mediador entre o conhecimento e o aluno, e sua didática e metodologia passam a influenciar significativamente nesse processo. Vale lembrar que a etapa da construção de conhecimento não depende apenas do professor; o aluno também necessita ser um agente ativo para que haja êxito nesse processo. Segundo Fazenda et al. (2011), o professor deve tornar o aluno um co-participante do processo de aprendizagem e este deve ser comprometido, responsável, capaz de assumir responsabilidades e tomar decisões diante dos fatos. Para os autores, ao final do processo, o discente deve ser capaz de trabalhar com hipóteses, planejar e encontrar soluções para os problemas reais a partir do conhecimento adquirido.

Em relação à função das Instituições de ensino superior, ela não é voltada apenas a capacitar os discentes para novos postos de trabalho. Mas também deve-se formar pessoas preparadas para exercer com consciência a cidadania e, para isso, a autonomia, desenvolvimento intelectual e senso crítico são pontos chave nesse processo de inserção profissional e social (FAZENDA et al., 2011 e SLOMSKI et al., 2010).

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, explicita no seu 43º artigo que o ensino superior tem várias funções, entre elas estão:

- I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

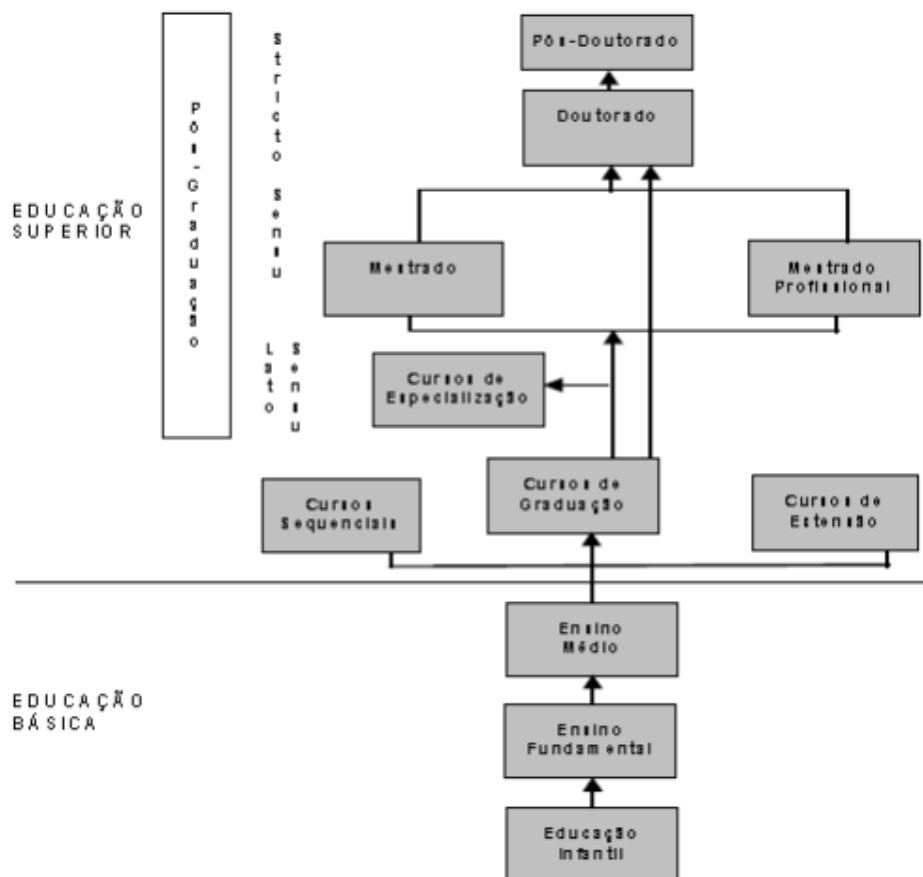
O ensino superior possui a função de formar profissionais, não apenas fornecendo as dimensões técnicas do exercício profissional, como também viabilizando o conhecimento das condições culturais, históricas e sociais nas quais o exercício dessa profissão ocorrerá. No caso dos novos formandos do curso de Ciências Contábeis, espera-se que eles sejam capazes de atuar não apenas como técnicos, mas também como gestores capazes de manusear ferramentas e desenvolverem métodos eficazes para a tomada de decisões nas diferentes situações que poderão enfrentar na carreira profissional (SLOMSKI et al., 2010).

O artigo 44º da LDB destaca que a educação superior será formada pelos seguintes programas e cursos:

- I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;
- II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;
- III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;
- IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Assim, o Sistema Educativo brasileiro apresenta a seguinte estrutura, demonstrada no Quadro 1.

Figura 1 - Estrutura do Sistema Educativo Brasileiro



Fonte: Soares (2002, pg. 39)

O ensino superior chegou ao Brasil em 1808, época em que foram fundadas as primeiras escolas a partir da chegada da família real portuguesa no país. O ensino superior desenvolveu-se lentamente até a proclamação da república em 1889. Até aí, o mercado era muito restrito e o diploma assegurava a ocupação de postos privilegiados e prestígio social. Até então, o ensino era prestado por algumas instituições públicas e limitado às profissões liberais. A ampliação da rede de ensino dependia do interesse governamental e da sua capacidade de investimento (MARTINS, 2002).

De acordo com Martins (2002), até o fim do século XIX existiam somente 24 instituições de ensino superior no Brasil. Foi a partir da promulgação da Constituição de República de 1891 que houve a possibilidade legal para que o ensino superior fosse prestado por instituições privadas.

A partir da autorização legal para que a iniciativa privada pudesse também prestar o ensino superior, notou-se um grande aumento no número de instituições de ensino e de alunos

matriculados. Conforme Martins (2002, p.02), “em finais da década de 1970 o setor privado já respondia por 62,3% das matrículas, e em 1994 por 69%”.

Atualmente, a composição da quantidade de instituições de educação superior pode ser estimada conforme os dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP do Ministério da Educação (BRASIL, 2012). Os dados divulgados, até a elaboração do presente trabalho, referem-se ao ano de 2012 e estão evidenciados na tabela 1.

Tabela 1 - Número de Instituições de Educação Superior em 2012

Instituições	Total	Total (%)
Públicas	304	12,58%
Privadas	2112	87,42%
Total	2416	100%

Fonte: Produzido pelo autor conforme dados do INEP

Ao observar a tabela 1, verifica-se que, de fato, as instituições privadas de ensino superior são preponderantes no cenário do ensino brasileiro, representando até 2012 um total de 87,42% das instituições de ensino. Sampaio (2011) destaca que entre 2000 e 2007 houve, em diversos países, um forte crescimento dos investimentos privados em educação superior, sendo consideravelmente maiores que os investimentos públicos na área. Portanto, a informação dada por Sampaio (2011) corrobora com o cenário brasileiro apresentado pelo INEP. A referida autora relata que 75% das matrículas no ensino superior no Brasil são por meio das instituições privadas.

Carneiro (2013) declara que há alguns anos o Estado brasileiro vêm realizando programas e ações para facilitar o ingresso dos alunos ao ensino superior. Tais ações e programas são o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies e o Programa Universidade para Todos – ProUni. Ambos os programas possuem como objetivo financiar ou ajudar no financiamento para o ingresso dos estudantes na rede privada de ensino superior.

Conforme Guimarães et al. (2010, p.02), “ao se questionar o desempenho do profissional formado pela universidade é a qualidade do ensino ministrado que concretamente está em avaliação”. Como forma de estabelecer diretrizes e planejar a qualidade do ensino, as IES utilizam de um Projeto Político-Pedagógico – PPP elaborado por elas. De acordo com Veiga (2009, p.164) “o projeto político-pedagógico aponta um rumo, uma direção, um sentido específico para um compromisso estabelecido coletivamente”.

A elaboração de um projeto político-pedagógico exige uma reflexão sobre a compreensão de educação e a sua relação com a escola e a sociedade, necessitando também considerar sobre o trabalho, o cidadão a ser formado pela instituição e sua consciência crítica. Cabe à instituição determinar os objetivos, os fundamentos teórico-metodológicos, tipo de organização, metodologia de aprendizagem, conteúdos e formas de execução e avaliação da instituição (VEIGA, 2009). Guimarães et al. (2010) relatam que a possibilidade de elaboração do PPP pelas IES decorre da sua relativa autonomia e da sua competência para delinear sua própria identidade.

Para elaborar um projeto político-pedagógico, é necessário que as instituições de ensino observem os seguintes pontos:

Quadro 1 - Componentes do PPP

Marco Referencial	Diagnóstico	Programação
O que queremos alcançar? Essa pergunta deve encontrar respostas na visão que na Instituição que o planeja tem de Mundo, de Homem, de Escola, de sociedade e das características das ações educativas que devem ser implementadas.	O que nos falta para ser o que desejamos? Após mapear as necessidades da IES deve-se elaborar as metas que pretende para atingir os objetivos previamente delineados.	O que faremos concretamente para suprir tal falta? É a ação efetiva para que os objetivos possam ser alcançados. É a procura dos meios necessários para atingir as metas.

Fonte: Vasconcelos (2006, p. 170) apud Guimarães et al. (2010, p. 8)

Na visão de Guimarães et al. (2010, p. 06), “A formação de contadores globalizados remete à discussão sobre a construção de um projeto pedagógico do curso e a elaboração de currículos próprios adequados ao atual cenário econômico”. Na perspectiva dos autores, a formação dos profissionais deve ser planejada e executada de modo que eles possam enfrentar os desafios que lhes serão apresentados no mundo pós-universidade.

De forma a orientar a formação de modelos curriculares no curso de contabilidade, foi promulgado em 2004 as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Ciências Contábeis por meio da Resolução CES/CNE nº 10. Segundo Fernandes, Oliveira e Santos (2011), essa resolução possibilitou que as IES elaborassem seus modelos curriculares com base no contexto em que estão inseridas, se adequando às exigências do mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, ajudando a modernizar os seus projetos pedagógicos.

A referida resolução, no seu artigo 3º, estabelece que o curso de ciências contábeis deve dar condições para que o futuro contador seja capaz de :

I - Compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;

II - Apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;

III - Revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

Assim, o atendimento dessas exigências possibilita ao futuro contador suprir as necessidades de diferentes organizações, dessa forma, satisfazendo o mercado.

O mercado de trabalho exige do profissional contábil uma gama de competências e habilidades. Dessa forma, a faculdade possui a responsabilidade de preparar o bacharel em Ciências Contábeis no atendimento a essa demanda (FERNANDES, OLIVEIRA, SANTOS, 2011). Sob a ótica dos autores, a matriz curricular do curso deve integrar a teoria à prática, possibilitando que o aluno adquira uma visão do ambiente de trabalho e conheça antecipadamente as responsabilidades da função, não apenas se atendo às disciplinas teóricas.

Lousada e Martins (2005) advertem que é imprescindível que as IES analisem a trajetória dos egressos dos cursos ofertados. Segundo eles, o nível de adequação deles aos setores em que atuam, em quanto tempo os ex-alunos se estabilizam no mercado e o que eles pensam sobre a formação recebida são informações de cunho gerencial relevantes para que a instituição possa fazer um melhor planejamento de cursos e, assim, seja capaz atender às mutações do mercado de trabalho.

“A Universidade desempenha um papel de geradora e disseminadora de conhecimento e sua relação com o setor produtivo deve ser na busca da promoção do desenvolvimento econômico e social”(LOUSADA, MARTINS, 2005, p.76). Segundo os autores, as IES devem desenvolver profissionais com visão multidisciplinar e que vão além das capacidades técnicas.

Pode-se concluir que o papel que uma instituição de ensino superior exerce na sociedade vai muito além de formar profissionais técnicos. Ela busca formar cidadãos éticos e com visão sistêmica que possam atender às demandas da sociedade nos seus mais variados segmentos, ao mesmo tempo em que interage e busca satisfazer as necessidades do mercado de trabalho.

Quando se trata de formar profissionais para exercerem atividades no setor público, as instituições de ensino superior ofertam os cursos de Contabilidade Pública, Orçamento Público e Auditoria Governamental, que são as disciplinas do Curso de Ciências Contábeis

com foco nessa área. Devido a isso, estas disciplinas tornam-se as mais relevantes para serem usadas como objeto de análise, com intuito de alcançar os objetivos propostos no estudo.

2.2 CONTABILIDADE PÚBLICA

O Conselho Federal de Contabilidade – CFC (2008, p.3), por meio da NBC T 16.1, define a Contabilidade Aplicada ao Setor Público como sendo “o ramo da ciência contábil que emprega, na geração de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis dirigidos ao controle patrimonial das entidades do setor público”.

Já para Carvalho e Ceccato (2011) a Contabilidade Pública é a área da Ciência Contábil que se aplica nos órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta contempladas no seu campo de atuação. Assim, empregando os princípios, conceitos e normas contábeis nos atos e fatos da administração pública orçamentária, patrimonial, financeira, custos e de compensação, fomentando informações úteis, compreensíveis, tempestivas, e fidedignas aos seus usuários.

Carvalho e Ceccato (2011, p.3) afirmam ainda que a Contabilidade Aplicada ao Setor Público é um “ramo da Ciência Contábil e deve observar os Princípios de Contabilidade, que representam a essência das doutrinas e teorias relativas a essa ciência, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional do país”.

Segundo a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, em seus Artigos 89 e 105, a contabilidade pública demonstrará os fatos relacionados à administração financeira, orçamentária e patrimonial, de maneira similar, nas contas de compensação, os atos também serão registrados. A mesma Lei define os atos como sendo: “os bens, valores, obrigações e situações[...] que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio”.

Para Silva, C. (2011), a Contabilidade Pública deve seguir os mesmos princípios e postulados da Contabilidade Geral, tendo o Patrimônio Público como objeto de estudo. Entretanto, segundo a mesma autora, nem sempre essa premissa é respeitada, pois a contabilidade aplicada ao setor público geralmente se baseia no orçamento público para os seus registros e análises ao invés de se basear unicamente nas alterações patrimoniais. Ainda de acordo com Silva, C. (2011, p. 10), o “objeto de estudo da Contabilidade aplicada ao Setor Público, o Patrimônio Público deve estar sempre no centro das movimentações e registros contábeis, sem prejuízo do acompanhamento da execução orçamentária”.

Carvalho e Ceccato (2011) definem o objetivo da Contabilidade Pública como o de fornecer informações fidedignas sobre o patrimônio público, examinando e fiscalizando não somente o cunho material do patrimônio, como também, acompanhando a execução do orçamento público (Lei Orçamentária Anual), desenvolvendo este trabalho sob a ótica econômica e financeira e revelando as modificações sucedidas e os resultados alcançados em certo período.

Segundo Freire et al. (2012), a Contabilidade Pública não exerce apenas a função de registrar os atos e fatos realizados por uma entidade, mas também exerce o acompanhamento e o controle da validade destes. Assim sendo, um dos objetivos da Contabilidade Pública é fazer o monitoramento da aplicação dos recursos públicos.

Cunha, Galdino e Moura (2014) sustentam que, desde a origem do Brasil, a Contabilidade Pública esteve constantemente relacionada ao controle e ao acompanhamento da execução orçamentária de receitas e despesas. Dessa maneira, a Contabilidade Pública era interpretada, anteriormente ao progresso da convergência às Normas Internacionais, de maneira predominante, como execução do orçamento.

Nos últimos anos, na Contabilidade Pública brasileira, houve diversas alterações em torno do aprimoramento do controle patrimonial sem descuidar do orçamento público (SILVA, C., 2011). Em 2009 foram lançadas normas brasileiras se aproximando das normas internacionais, sendo um avanço para melhorar a qualidade da Contabilidade Pública e consequentemente a qualidade do serviço público brasileiro.

A International Federation of Accountants – IFAC é a entidade responsável pela edição de International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, que são normas internacionais de contabilidade pública (FEITOSA et al., 2010). Segundo Silva, C. (2011) essas normas são orientadoras para as práticas contábeis do setor público de diversos países. Apesar de não haverem traduzido todas as 31 IPSAS existentes, elas foram tomadas como base para a edição das dez Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) publicadas até hoje.

De acordo com Silva, L. (2013) o enfoque Patrimonial no novo modelo de contabilidade pública é a premissa de um bom resultado na administração, sendo ponto de partida para combinar os campos financeiros, orçamentários e administrativos. Ainda segundo Silva, L. (2012), várias pesquisas têm sido levantadas para evidenciar como a contabilidade patrimonial é necessária para determinar o modelo de política fiscal a se manter e calcular os encargos fiscais a serem repassados para as próximas gerações.

Para Chan (2010, p.3) “A reforma da contabilidade governamental é considerada parte da melhoria da gestão financeira pública e, como tal, presume-se que contribua para o desempenho do governo e que, pelo menos indiretamente, contribua para o desenvolvimento de uma nação”.

Segundo Chan (2010), estudiosos de contabilidade têm levantado a ideia de que, com base nas democracias ocidentais industrializadas, o nível da contabilidade pública nos países em desenvolvimento não seria tão avançado quanto em países mais desenvolvidos. Levantando, assim, a hipótese de que haja uma influência do grau de avanço da contabilidade com o desenvolvimento de um país.

Ainda segundo Cunha, Galdino e Moura (2014) o regime contábil escolhido no setor público está se transformando em um regime de competência integral, onde o patrimônio, objeto da contabilidade, passa a ser verdadeiramente o centro do registro público contábil, devido à aproximação da Contabilidade Pública brasileira às Normas Internacionais.

Devido à obrigatoriedade de uso da contabilidade pública pelos entes da administração direta, autarquias, fundações públicas e estatais dependentes, é comum ser exigido o conhecimento dessa disciplina em editais de concursos públicos.

Ao analisarem concursos públicos, Freire et al. (2012) estudaram um total de 561 editais e provas entre os anos 2000 a 2009 realizados pelo Cespe e voltados para os profissionais de contabilidade. Nesse estudo realizado foi constatado que a maior parte das questões era voltada primeiramente ao patrimônio Público e seguido do tema Orçamento Público. Os autores relatam que as questões voltadas ao Patrimônio público abordavam a parte conceitual, classificações e estágios das Receitas e Despesas Públicas, como pode ser constatado na tabela 2.

Tabela 2 - Total de questões que exigiram Conhecimento em Contabilidade Pública (2000-2009)

Conteúdo	Grupo de Conteúdo	Número de Questões	%
Patrimônio Público	05	456	21,66
Orçamento Público	03	444	21,09
Planejamento do Setor Público	02	322	15,30
Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e Escrituração Contábil	06	278	13,21
Demonstrações Contábeis do Setor Público	07	225	10,69
Responsabilidade Fiscal	04	200	9,50
Teoria das Finanças Públicas	01	124	5,89
Estrutura Conceitual para a Contabilidade do Setor Público	08	56	2,66
Total		2.105	100

Fonte: Freire et al. (2012)

Segundo os referidos estudiosos, uma das razões do tema Orçamento Público se mostrar relevante nas provas de concursos é o fato de cada esfera da Administração é obrigada a elaborar o orçamento, servindo, assim, como instrumento de controle e divulgação social dos programas de Governo.

Foi constatado, ainda, que houve pouca incidência de questões de temas de Teoria das Finanças Públicas e Estrutura Conceitual para a Contabilidade do Setor Público em relação às demais. Entretanto, Freire et al. (2012) destacam que o conhecimento dessas áreas é elementar para o entendimento dos demais temas e, portanto, se torna essencial para o futuro servidor público.

Na análise das questões, os autores verificaram que houve repetições de questões em diversas provas, apresentando pouca variação e abordando assuntos praticamente da mesma forma. Porém, eles alertam que a convergência para as normas internacionais pode vir a obrigar com que as questões passem a ser modificadas para atender às novas normas de contabilidade pública.

2.3 ORÇAMENTO PÚBLICO

Segundo Dellagnelo, Lunkes e Lyrio (2013, p. 93) um orçamento é “um plano abrangente, considerando todas as fases das operações de um dado negócio, com foco em um período futuro definido.” Já de acordo com Lunkes (2009, p. 27) o orçamento pode ser definido como “[...] um plano de ação futuro da administração para determinado período”, compreendendo características financeiras e características não financeiras, bem como funcionando como norteador para orientar a entidade em períodos posteriores.

Espejo (2008) trata o orçamento num âmbito mais amplo, como meio de planejamento. De acordo com a autora é possível auferir a influência do orçamento como instrumento de suporte ao controle da gestão e do planejamento. Castanheira (2008) levanta que o orçamento se caracteriza como ferramenta de auxílio à tomada de decisão, pretendendo facilitar a organização das atividades, acarretando o engajamento dos gestores e impondo o aproveitamento dos recursos de maneira competente.

“O orçamento reproduz os aspectos financeiros do que o governo planeja para uma fase posterior, assim seu controle e apresentação são fundamentais para uma melhor gestão pública” (CASTRO, 2014, p. 3). A direção do Estado e a sua forma de ação nas suas

prioridades de políticas públicas são definidas através dos gastos orçamentários (SALVADOR e TEIXEIRA, 2014).

Em linhas gerais, com base na Constituição de 1988, foram estabelecido três instrumentos de planejamento governamental (PPA, LDO e LOA). A Lei do Plano Plurianual – PPA consiste em um resumo do planejamento de toda a administração pública para todas as receitas e despesas em quatro anos. O PPA abarca as diretrizes, os objetivos e as metas para as despesas de capital, as despesas resultantes das despesas de capital e os programas de duração continuada e ajuda a orientar o desenvolvimento dos outros planos e programas de governo de forma regionalizada. Enquanto a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO contém metas e prioridades da administração pública para o ano consecutivo, à medida que conduz a criação da Lei Orçamentária Anual – LOA, comporta os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas, com a descrição das Receitas e Despesas (DELLAGNELO, LUNKES e LYRIO 2013).

A partir disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF incrementou a dimensão da LDO, conferindo-lhe, além das atribuições precedentes, o compromisso de corrigir os assuntos inerentes (DELLAGNELO, LUNKES e LYRIO, 2013, p. 94):

[...] ao equilíbrio entre receitas e despesas públicas, metas e riscos fiscais, programação financeira e cronograma de execução mensal, critérios e forma de limitação de empenho, normas de controle de custos e avaliação de resultados, exigências para transferência de recursos a entidades públicas e privadas, forma de utilização e montante de reserva de contingência, demonstrações trimestrais apresentadas ao Banco Central sobre o impacto e o custo fiscal das operações, bem como da concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária da qual decorra renúncia de despesa.

Com isso, ao analisar as despesas da união de 2008 a 2012, Salvador e Teixeira (2014) verificaram que as despesas com o serviço da dívida são as que mais comprometeram as contas públicas brasileiras no período. De acordo com eles, os gastos com educação e saúde estão inferiores aos padrões internacionais dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Na ótica dos referidos autores, o Brasil continua refém do capital financeiro e não prioriza investimentos necessários na área de políticas sociais no seu orçamento.

Em relação ao aspecto jurídico do orçamento público em vigor no Brasil, este caracteriza-se por ser apenas autorizativo. Contudo, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 358/13 que está em trâmite no Congresso Nacional pode alterar um pouco as

características do nosso orçamento vigente. De acordo com Castro (2014), o caráter autorizativo do orçamento não obriga o gestor a realizar as despesas fixadas na Lei LOA. De acordo com a autora, o Legislativo acaba sendo prejudicado devido à possibilidade de o Poder Executivo contingenciar parte das despesas planejadas e fixadas sem um limite para tal.

O contingenciamento é uma ferramenta prevista na LRF e é uma das formas de o Executivo exercer a discricionariedade na execução do planejamento realizado na LOA. Essa ferramenta consiste na exclusão do recurso contingenciado no cronograma mensal de execução financeiro e orçamentário. O efeito disso está refletido no cancelamento ou atraso da execução de ações aprovadas no orçamento (GONTIJO, 2010).

Apesar de Gontijo (2010) ver o contingenciamento como um mecanismo necessário para o controle da execução orçamentária, ele destaca que o processo apresenta falhas e carece de melhor transparência, entendimento e comunicação. O autor destaca ainda que os decretos presidenciais de contingenciamento excedem aos termos da LRF.

Castro (2014) ressalta que, caso ocorra a aprovação da PEC 358/13, o poder legislativo terá 1,2% da Receita Corrente Líquida para direcionar metade à saúde e a outra metade a outros tipo de emendas e passará a existir a impossibilidade de o Poder Executivo contingenciar sem prévia autorização do Congresso Nacional. Para a autora, a medida não transformará o orçamento em impositivo na sua integralidade. Dessa forma, haverá uma menor discricionariedade na execução do planejamento realizado através da LOA uma vez que se necessita de autorização do legislativo para medidas de contingenciamento.

Independente do caráter autorizativo ou impositivo, o orçamento público é matéria básica de planejamento estatal para ações do governo e é uma peça de elaboração obrigatória entre os entes da federação. Devido à relevância do tema, é comum encontrar editais de concursos públicos exigindo conhecimento acerca da matéria.

2.4 AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Segundo o PROAUDI, livro do Tribunal de contas da União, a Auditoria é definida como “o exame independente e objetivo de uma situação ou condição, em confronto com um critério ou padrão preestabelecido, para que se possa opinar ou comentar a respeito para um destinatário predeterminado.” (BRASIL, 2011, p. 12).

Enquanto as Normas de Auditoria Governamental (NAGs) Aplicáveis ao Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) (2010, p. 11) afirma, em sua NAG 1102.1, que a auditoria governamental é o:

[...] exame efetuado em entidades da administração direta e indireta, em funções, subfunções, programas, ações (projetos, atividades e operações especiais), áreas, processos, ciclos operacionais, serviços, sistemas e sobre a guarda e a aplicação de recursos públicos por outros responsáveis, em relação aos aspectos contábeis, orçamentários, financeiros, econômicos, patrimoniais e operacionais, assim como acerca da confiabilidade do sistema de controle interno (SCI).

Já para o Manual da Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais (CGE-MG) (2012, p. 47) a auditoria governamental é “voltada para o exame, visando à comprovação da legalidade e legitimidade, adequação dos sistemas de Controles Internos e dos resultados obtidos quanto aos aspectos da economicidade, eficiência e eficácia da aplicação dos recursos públicos.”

De acordo com CRUZ (2012, p. 139) a finalidade primordial da auditoria governamental é “de comprovar a legalidade e a legitimidade; e avaliar os resultados obtidos ou previstos pelos gestores, que, de forma temporária, comandam atividades da administração pública estatal.”

Segundo o Manual do CGE-MG (2012) a finalidade da auditoria governamental é atestar a legitimidade e a legalidade e julgar os resultados, quanto à forma mais econômica, eficiente e eficaz da gestão financeira, orçamentária e patrimonial nas entidades inspecionadas da Administração Pública e da administração direta. Além disso, acompanhar a aplicação dos recursos nas unidades de direito privado e dar apoio adequado a execução da supervisão ministerial.

O Manual da CGE-MG (2012, p. 47) também aponta como finalidade da auditoria a avaliação da aplicação dos recursos públicos, bem como especifica que a avaliação dos resultados observe a “economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nas unidades da administração pública”.

O mesmo manual (2012, p. 47) define que a auditoria governamental compreende “um campo de especialização da auditoria, voltada para a Administração Pública (Direta e Indireta), compreendendo a auditoria interna e externa, envolvendo diretamente o patrimônio e/ou o interesse público”.

Ainda na NAG 1102.1 do TCE-ES (2010, p. 11) é ressaltado que a auditoria governamental é realizada por profissionais através de: “levantamentos de informações, análises imparciais, avaliações independentes e apresentação de informações seguras, devidamente consubstanciadas em evidências [...]”. A realização da auditoria deve se basear pelos os seguintes critérios: “legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia, efetividade, equidade, ética, transparência e proteção do meio ambiente, além de observar a

proibidade administrativa e a responsabilidade social dos gestores da coisa pública.” (2010, p. 11)

Enquanto a NAG 3000 do TCE-ES (2010, p. 31), relativas aos profissionais de auditoria governamental, ressalta que a execução do trabalho de auditoria governamental subordina-se a princípios elementares aos quais o profissional deve “observar, cumprir e executar fielmente nas suas relações com o TC, o Poder Legislativo, os órgãos e as autoridades governamentais jurisdicionadas, os colegas de profissão, o público em geral e consigo próprio.”

Já de acordo com NAG 3100 TCE-ES (2010, p. 31), é exposto que o profissional da área deve ter as habilidades essenciais à execução das suas tarefas, o que exige: “o domínio do conhecimento técnico específico de sua formação e especialização, das normas de auditoria, bem como das habilidades e atitudes necessárias à realização de suas tarefas”.

Finalmente, a NAG 3101 TCE-ES (2010, p. 31) afirma que “qualquer que seja a natureza da auditoria governamental, ela deve ser executada por profissionais cuja formação e experiência correspondam à natureza, escopo e complexidade dos trabalhos a serem realizados.”

2.5 CONCURSOS PÚBLICOS, ATRATIVIDADE DO SETOR E PRINCIPAIS BANCAS

Segundo a Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos Públicos – ANPAC – existem aproximadamente 12 milhões de brasileiros participando de certames e se preparando para se tornarem futuros funcionários públicos atualmente (ANPAC, 2014). Brandalise (2014) afirma que, dentre esse número de estudantes, a maioria são jovens. Segundo ela, as vagas previstas para o ano de 2014 chegam a 130 mil e mais de 180 mil para o ano de 2015. De acordo com o Portal do G1, é previsto que sejam abertas 400 mil vagas em concursos federais, estaduais e municipais até 2016.

“Impulsionada por bom salário e estabilidade, procura por vaga no setor público cresceu 30% nos últimos anos.” (PESSOA, 2014, p.1) Segundo o IBGE (2012), as entidades privadas, ainda que ofertem a maior parte das vagas de emprego remuneram, em média, salários menores (R\$ 1 722,71). Enquanto isso, os entes da administração pública pagam salários médios superiores (R\$ 2 723,29), considerando cargos de todos os níveis.

Com salários que podem passar dos R\$ 20 mil, 2014 está repleto de ótimas perspectivas no setor para aquecer ainda mais essa indústria que faz circular cerca de R\$ 30 bilhões por ano (BRANDALISE, 2014). De acordo com o G1, os salários podem variar de R\$

1,8 mil a até R\$ 23 mil. Um exemplo disso é o que acontece na vaga para fiscal da Receita Federal. Conforme Brandalise (2014), a remuneração pode chegar até cerca de R\$ 15 mil; já nos cargos do Poder Judiciário pode atingir os R\$ 23 mil.

Sob a ótica Brandalise (2014), não é de hoje que o serviço público encanta os mais diferentes profissionais. Para ela, as pessoas que buscam a carreira pública estão cansadas da falta de segurança do mercado de trabalho e seduzidas por estabilidade, salários competitivos, plano de carreira, aposentadoria garantida e excelentes benefícios.

A autora ainda afirma que, pela primeira vez, o ramo deixou de ser somente o plano B de homens e mulheres entre 40 e 60 anos de idade, desejosos por asseverar uma velhice sem imprevistos, para se tornar a principal escolha de jovens de até 35 anos, a maioria ainda frequentando a universidade. “Antes preferidos por mais velhos e por profissionais em final de carreira, hoje os concursos são disputados, em sua maioria, por jovens de até 35 anos, com boa formação acadêmica, que buscam estabilidade e bons salários” (BRANDALISE, 2014).

Entretanto, não é só a remuneração que todos os interessados em cargos públicos procuram. Existem muitos candidatos interessados também pelo trabalho, opondo-se ao estereótipo de servidor público que almeja uma remuneração considerável para exercer uma atividade que não precise de muito desgaste (BRANDALISE, 2014).

A concorrência é grande e não é comum a aprovação logo nas primeiras provas (PESSOA, 2014). Entretanto, “todos sabem que o projeto requer persistência. Aprender os conteúdos e saber fazer as provas não acontece de uma hora para outra. Mesmo no caso de concursos mais complexos, uma pessoa que estuda corretamente pode levar anos para conseguir a aprovação [...]” (SALGADO, 2014, p. 1).

Os concursos mais desejados pelos candidatos são o de técnico e analista do Banco Central, agente da Polícia Federal e técnico e analista do Ministério Público da União. Nesse último certame, na sua edição mais recente em 2013, registrou a inscrição de 69 mil pessoas em busca de 263 vagas, uma concorrência de 260 candidatos por vaga (BRANDALISE, 2014).

Os principais concursos, com os salários mais altos costumam ser realizados pelas seguintes bancas: Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (Cespe/UNB), Fundação Cargos Chagas (FCC) e a Escola de Administração Fazendária (ESAF).

Segundo Campos (2011), entre 2008 e 2010, 5,4 milhões de pessoas em todo o país participaram de concursos, seleções, avaliações educacionais e vestibulares feitos pela

Cespe/UnB. No ano de 2011, o Centro respondia pelo repasse de R\$ 35 milhões à Universidade de Brasília, anualmente.

Já de acordo com o Portal da FCC, a Fundação, até hoje, avaliou em mais de 2,3 mil processos efetuados mais de 74 milhões de candidatos para mais de 500 organizações, dentre outros projetos para a área educacional.

Enquanto o sítio da ESAF descreve o órgão como integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, subordinado ao Ministro da Fazenda. Ainda segundo o sítio, a Escola seleciona e recruta servidores para desempenhar funções na gestão das finanças públicas em todo o território nacional. O próprio órgão promove cursos de formação integrando o candidato ao Serviço Público.

Nos cursos preparatórios é comum encontrar pessoas que tenham deixado o emprego para estudar e se tornar um servidor público. Para atingir esse objetivo, alguns chegam a se dedicar até 12 horas de estudos por dia. Sendo assim, é possível observar que, atualmente, entrar para o serviço público é um objetivo bastante almejado por muitos brasileiros e a sua conquista requer um trabalho árduo, muitas vezes, devido à grande competitividade.

3 METODOLOGIA

“A pesquisa tem por objetivo estabelecer uma série de compreensões no sentido de descobrir respostas para as indagações e questões que existem em todos os ramos do conhecimento humano [...]” (OLIVEIRA, 1999, p.117).

3.1 TIPO DE PESQUISA

Este trabalho objetivou verificar se os conteúdos programáticos das disciplinas de Contabilidade Pública, Orçamento e Auditoria Governamental, oferecidas pelo curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, são capazes de atender as matérias exigidas nos editais das principais bancas de concursos públicos. Em relação aos aspectos metodológicos, trata-se de uma pesquisa descritiva quanto aos objetivos, utilizando-se de um estudo de caso como procedimento para atingir o seu objetivo. Quanto à abordagem do problema, a presente pesquisa se classifica como quantitativa.

Uma pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características de uma população ou fenômeno ou, ainda, estabelecer relação entre variáveis (GIL, 2010). Nesse sentido, o estudo torna-se descritivo por almejar descrever o atendimento ou não do programa das disciplinas ao conteúdo exigido em concursos públicos.

“Os procedimentos na pesquisa científica referem-se à maneira pela qual se conduz o estudo e, portanto, se obtêm os dados” (BEUREN et al., 2006, p.83). Segundo Beuren et al. (2006), um estudo de caso é caracterizado por se concentrar em um único caso. Assim, o presente trabalho torna-se um estudo de caso na medida em que utiliza, unicamente, como ponto de análise as disciplinas ofertadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

A abordagem quantitativa distingue-se da qualitativa por utilizar de instrumentos estatísticos como base no processo de análise do problema. Nessa abordagem é pretendido numerar ou medir categorias homogêneas (RICHARDSON, 1999 apud BEUREN et al., 2006).

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

Esse trabalho tem como universo as propostas de aula das disciplinas de Contabilidade Pública, Orçamento Público e Auditoria Governamental, como também, os assuntos

elencados nos editais de concursos públicos de nível superior cujo título de bacharel em Ciências Contábeis possa ser requisitado. Partindo disso, a amostra analisada compreendeu 63 editais de concursos públicos das Bancas Cespe, FCC e ESAF, com 85 cargos, classificando os assuntos em temas formulados a partir da ementa das disciplinas dadas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Esses editais foram o total encontrado de acordo com as características da pesquisa no período analisado, que considerou o período de 01 de Janeiro de 2013 ao dia 30 de Setembro de 2014. As referidas bancas foram escolhidas, pois de acordo com notícia do sítio da Solaris Concursos (2014), uma instituição preparatória para concursos públicos, são bancas componentes do grupo das principais examinadoras de concursos públicos.

3.3 INSTRUMENTO E PROCESSO DE COLETA DE DADOS

Os editais foram retirados dos sítios das Bancas em análise (FCC, ESAF e Cespe), no período de 2013 e 2014. Os concursos escolhidos foram os de nível superior para os cargos nos quais um bacharel em Ciências Contábeis está habilitado a assumir e que contivessem, em seus editais, as matérias em questão (Contabilidade Pública, Orçamento Público e Auditoria Governamental). Os programas das disciplinas foram retirados do SIGAA ao visualizar turmas anteriores e selecionando as referidas disciplinas com seus programas.

3.4 INTERPRETAÇÃO E ANÁLISES DE DADOS

A primeira análise realizada é referente ao quantitativo de editais e cargos presentes no período, por banca (FCC, ESAF e Cespe). Em seguida, foi verificada a frequência que as disciplinas tiveram nos editais, nesse espaço de tempo. Posteriormente, foram elencados os conteúdos programáticos dos concursos de cada disciplina na forma de uma distribuição de frequência. Os conteúdos foram expostos segundo a ordem decrescente de frequência e apresentados integralmente no apêndice, sendo evidenciado na análise de dados apenas um resumo de tal distribuição. Posteriormente, foram comparados os temas encontrados com os presentes nas respectivas ementas das disciplinas.

Para essa comparação, foi necessário realizar uma classificação dos itens dos editais com a ementa, de modo a associá-los. Uma vez que os conteúdos das ementas por vezes mostram-se abrangentes, podendo ser associados a um ou mais itens dos conteúdos exigidos em edital, buscou-se fazer essas associações de acordo com o grau de semelhança entre eles.

Na análise realizada dessa comparação foi procurado determinar um coeficiente que evidenciasse o quanto as matérias propostas em editais são abrangidas pela ementa de cada disciplina. A análise buscou quantificar, ainda, a abrangência das ementas quanto aos temas com 50% ou mais de frequência nos editais. Além disso, foram verificados quais itens estavam presentes nos editais dos concursos públicos e não correspondiam a temas retirados dos programas das disciplinas pesquisadas.

3.5 LIMITAÇÕES

Como limitação desse estudo destaca-se a análise de três bancas (Cespe, FCC e ESAF), sendo considerada uma quantidade pequena para estimar o universo dos concursos públicos. Outro fator limitante foi a análise do período de dois anos (2013 e 2014) devido a considerável quantidade de editais e de dados a serem considerados na presente pesquisa.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Neste estudo, foram utilizados para análise todos os editais de concursos públicos das bancas Cespe, ESAF e FCC de 01 de janeiro de 2013 até 31 de setembro de 2014 para cargos de nível superior, compatíveis com o título de bacharel em Ciências Contábeis. Desses editais, foram selecionados os conteúdos programáticos que detivessem as matérias de Contabilidade Pública, Orçamento Governamental ou Auditoria Governamental. Assim, foi encontrado um total de 63 editais com 85 cargos nesses moldes. Os editais e os cargos dos concursos considerados pela pesquisa podem ser visualizados no Apêndice A.

A organizadora Cespe tinha no total, em 2014 e 2013, 34 editais que se encaixavam na pesquisa, nos quais 44 cargos estavam aptos. Já a organizadora FCC continha, no total, 26 editais, onde 37 cargos foram selecionados. Foi encontrado na ESAF apenas um quantitativo de 3 editais compatíveis com as especificações estabelecidas para análise, totalizando 4 cargos em tal banca. Estes dados estão detalhados nas tabelas 3 e 4.

Tabela 3 - Quantitativo de Editais

Bancas	2014	2013	Total
Cespe	7	27	34
FCC	13	13	26
ESAF	1	2	3
Total de Editais			63

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 4 - Quantitativo de Cargos

Bancas	2014	2013	Total
Cespe	8	36	44
FCC	20	17	37
ESAF	1	3	4
Total de Cargos			85

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao observar os percentuais de incidência das disciplinas de orçamento público, contabilidade pública e auditoria governamental com a quantidade total de cargos, na tabela 5, constata-se que Orçamento Público é a mais frequente nos concursos, apresentando uma frequência de 74%, seguida de Contabilidade Pública com 66% de aparições. Nessa análise, Auditoria Governamental foi a menos frequente, aparecendo em apenas 28% dos cargos.

Tabela 5 - Quantitativo de disciplinas

	Cespe	FCC	ESAF	TOTAL	%
Orçamento Público	28	35	0	63	74%
Contabilidade Pública	30	23	3	56	66%
Auditoria Governamental	9	14	1	24	28%

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando a ocorrência da disciplina de Orçamento Público nos editais das bancas, verifica-se, na tabela 6, que ela foi encontrada em 35 cargos da FCC, ou seja, 95% do total de cargos da referida organizadora. Já na Cespe, constata-se que a matéria é exigida em um total de 28 cargos, em outras palavras 64% dos cargos.

Tabela 6 – Frequência de Orçamento Público no total de cargos das Bancas

	Frequência	Cargos na Banca	%
FCC	35	37	95%
Cespe	28	44	64%
ESAF	0	4	0%

Fonte: Dados da pesquisa.

A tabela 7 descreve os temas encontrados em Orçamento Público e suas frequências nos editais das examinadoras em ordem decrescente de ocorrência.

Tabela 7 - Itens mais frequentes de Orçamento em editais

Conteúdos Programáticos	Cespe	FCC	TOTAL	%
Conceitos e princípios orçamentários	28	35	63	100%
O Orçamento na Constituição Federal de 1988	27	32	59	94%
Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000	25	31	56	89%
Créditos Adicionais	24	26	50	79%
Lei nº 4.320, de 17/03/1964	13	32	45	71%
Receitas e Despesas Públicas: Previsão, Fixação, Classificação e Execução.	24	20	44	70%
Ciclo Orçamentário	15	26	41	65%
Orçamento-programa	5	32	37	59%
Despesas de Exercícios Anteriores	21	14	35	56%
Restos a Pagar	21	14	35	56%
Processo legislativo do planejamento orçamentário	5	29	34	54%
Dívida Ativa	18	9	27	43%
Dívida Pública (flutuante e fundada)	16	10	26	41%
Descentralização de Créditos e Recursos Orçamentários	11	15	26	41%
Fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos	16	5	21	33%
Classificações orçamentárias	18	3	21	33%

Fonte: Dados da pesquisa.

É possível observar, a partir da tabela 7, que em todos os editais de Orçamento Público foram encontrados o tema *Conceitos e os Princípios Orçamentários*. Torna-se visível a grande incidência dos temas *Orçamento na Constituição Federal de 1988, Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000 (a Lei de Responsabilidade Fiscal), Créditos Adicionais* e a *Lei nº 4.320 de 17/03/1964* se repetindo em mais de 70% dos editais analisados. Outros temas relevantes são as *Receitas e Despesas Públicas: Previsão, Fixação, Classificação e Execução* seguido por *Ciclo Orçamentário e Orçamento-programa*. A incidência dessas três últimas matérias variam entre 59% a 70% e é possível acompanhar todos os dados da tabela 7 no Apêndice B.

Os dados sugerem que tais assuntos caem com mais frequência nas provas e servem como um indicativo de assuntos a serem priorizados por alguém que pretenda começar a prestar concursos públicos. Vale lembrar que não foram encontrados editais da ESAF com esta disciplina dentro do período de estudo e nos parâmetros buscados.

Quanto à matéria de Contabilidade Pública/Governamental foram analisados 56 conteúdos programáticos, presentes em 66% dos cargos. A maior quantidade das ocorrências dessa matéria se encontra na Organizadora Cespe, com 30 incidências, seguida por FCC com 23 e ESAF com apenas três, conforme demonstrado na Tabela 8.

Tabela 8 - Itens mais frequentes de Contabilidade Governamental em editais

Conteúdos Programáticos	Cespe	FCC	ESAF	TOTAL	%
Conceituação, objeto, objetivo e campo de aplicação da contabilidade governamental.	30	20	0	50	89%
Plano de contas aplicado ao setor público	26	13	2	41	73%
Princípios de contabilidade sob a perspectiva do setor público	21	15	3	39	70%
Regime contábil	23	16	0	39	70%
Variações Patrimoniais	24	12	3	39	70%
Demonstração das variações patrimoniais	15	18	2	35	63%
Sistema Integrado de Administração Financeira	23	11	0	34	61%
Lei nº 4.320 de 17/03/1964	11	19	2	32	57%
Transações no setor público	19	10	2	31	55%
Composição do Patrimônio Público	21	7	3	31	55%
Balanço orçamentário	13	15	2	30	54%
Balanço Financeiro	13	15	2	30	54%
Balanço patrimonial	13	15	2	30	54%
Despesa pública: conceito, etapas, estágios e categorias econômicas.	22	7	0	29	52%
Receita pública: conceito, etapas, estágios e categorias econômicas.	21	7	0	28	50%

Fonte: Dados da pesquisa.

Tomando como base a tabela 8, que evidencia os assuntos mais exigidos nessa disciplina, é possível notar que o tema mais recorrente é *Conceituação, objeto, objetivo e campo de aplicação da contabilidade governamental* com um percentual de 89% de incidência nos conteúdos programáticos da matéria. Os outros quatro itens mais incidentes são *Plano de contas aplicado ao setor público, Princípios de contabilidade sob a perspectiva do setor público, Regime contábil e Variações Patrimoniais*, com frequência entre 70 a 73%. Outros três temas consideráveis são *Demonstração das variações patrimoniais, Sistema Integrado de Administração Financeira e Lei nº 4.320 de 17/03/1964*, repetidos em 57 à 63% dos cargos analisados. Nota-se que, a maioria das demonstrações contábeis aplicadas ao ente público aparece em mais da metade dos editais de concursos públicos. A tabela 8 na íntegra pode ser encontrada no Apêndice C.

Enquanto a matéria de Auditoria Governamental tem uma incidência de 28% nos cargos dos editais totais selecionados, ao verificar a incidência por banca nota-se que a maior ocorrência está presente em 38% dos cargos da FCC, ou seja, 14 cargos, seguida de 9 cargos do Cespe (20% dos cargos da banca) e, por último, ESAF com 1 edital.

Tabela 9 - Itens mais frequentes de Auditoria Governamental em editais

Conteúdos Programáticos	Cespe	FCC	ESAF	TOTAL	%
Relatórios e Pareceres de Auditoria	6	14	0	20	83%
Classificação, Objeto e objetivos da auditoria governamental.	7	11	1	19	79%
Normas relativas à execução dos trabalhos	4	11	1	16	67%
Técnicas e procedimentos de auditoria: conceitos, direção e classificação dos testes, evidências de auditoria, indícios de erros e irregularidades.	4	12	0	16	67%
Formas e tipos ou modalidades de auditoria	5	9	1	15	63%
Papéis de trabalho	5	9	0	14	58%
Planejamento da auditoria governamental	5	8	0	13	54%
Conceito e evolução	4	8	0	12	50%
Importância da amostragem estatística em auditoria	6	6	0	12	50%
Abrangência de atuação da auditoria governamental	3	7	1	11	46%
Normas brasileiras para o exercício da auditoria interna	4	6	0	10	42%
Programa de auditoria governamental	6	4	0	10	42%
Testes de auditoria	4	6	0	10	42%
Exame e avaliação do controle interno	5	4	0	9	38%
Auditoria no Setor Público Federal	3	4	1	8	33%
Materialidade, risco e relevância	3	5	0	8	33%

Fonte: Dados da pesquisa.

A tabela 9 evidencia o conteúdo proposto pelas bancas na referida disciplina, a versão completa se encontra no Apêndice D. Nota-se que os quatro itens de Auditoria

Governamental mais recorrentes em editais de concursos são os seguintes: *Relatórios e Pareceres de Auditoria; Classificação, Objeto e objetivos da auditoria governamental; Normas relativas à execução dos trabalhos; e Técnicas e procedimentos de auditoria*. Onde esses temas tiveram uma variação de incidência de 67 à 83%. Em seguida, têm-se os temas *Formas e tipos ou modalidades de auditoria, Papéis de trabalho e Planejamento da auditoria governamental* com aparições em mais de 50% dos conteúdos programáticos dos cargos.

A partir da tabela 10 tem-se um comparativo das ementas no curso de Ciências Contábeis com os conteúdos programáticos presentes nos editais de concursos públicos. Alguns temas da ementa por terem um sentido amplo foram correspondidos com mais de um assunto presente nos editais. Para a matéria de Orçamento Público foi separada os seguintes temas que corresponderam com a ementa do curso e tinham alguma incidência nos editais, em ordem decrescente de ocorrências:

Tabela 10 – Resumo comparativo entre ementa e conteúdo dos editais de Orçamento

Ementa UFRN	Conteúdos Programáticos Editais	%
Princípios orçamentários.	Conceitos e princípios orçamentários.	100%
Conceituação de Orçamento Público	O Orçamento na Constituição Federal de 1988	94%
	Créditos Adicionais: Suplementares, Especiais e Extraordinários.	79%
Execução da Despesa; Execução da Receita.	Receitas e Despesas Públicas: Previsão, Fixação, Classificação e Execução.	70%
	Despesas de Exercícios Anteriores	56%
	Restos a Pagar	56%
	Dívida Ativa	43%
Ciclo Orçamentário. O Sistema e o Processo Orçamentário	Ciclo Orçamentário	65%
	Processo legislativo do planejamento orçamentário	54%
Orçamento-Programa: conceitos, fundamentos.	Orçamento-programa	59%
Execução orçamentária e Financeira	Descentralização de Créditos e Recursos Orçamentários	44%
	Programação Orçamentaria-Financeira	30%
Controle e Avaliação da Execução Orçamentária	Fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos	33%
Classificação orçamentária da receita e da despesa	Classificações orçamentárias	33%
Função alocativa, distributiva e estabilizadora.	O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas	30%

Fonte: Dados da pesquisa.

A ementa da disciplina de Orçamento Público abrange aproximadamente 43% dos temas encontrados em editais para matéria nos conteúdos programáticos, como pode se observar na tabela 11. Entretanto, entre os temas mais relevantes nos editais de concursos,

com aparições em 50% ou mais dos conteúdos, aproximadamente 82% deles são abrangidos pela ementa. Com isso é possível perceber que apesar de aparentar não integrar tantos conteúdos, ela consegue abranger aqueles temas mais recorrentes nos concursos públicos.

Tabela 11 – Itens em editais de Orçamento Público relacionados com Ementa

Todos os itens	Itens	%	Itens relevantes	Itens	%
Compatíveis	33	42,9%	Compatíveis	9	81,8%
Incompatíveis	44	57,1%	Incompatíveis	2	18,2%
Total	77	100%	Total	11	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Outro ponto a se observar é, de acordo com a tabela acima apresentada, que o tema *Princípios orçamentários/Conceituação de Orçamento Público*, presente na ementa do curso, corresponde com os dois assunto mais recorrente nos editais, dentre outros. Já o seguinte tema *Execução da Despesa/Execução da Receita* abrange pontos bastante recorrentes como *Créditos Adicionais: Suplementares, Especiais e Extraordinários e Receitas e Despesas Públicas: Previsão, Fixação, Classificação e Execução*.

Ao passo que os pontos *Mensuração de Custos por Programas e Prática do Orçamento Público* presentes na ementa do curso não apresentaram nenhuma correspondência com temas presentes nos conteúdos programáticos e, por isso, não estão presentes na tabela 10, mas se encontram no Apêndice E.

Existem ainda temas encontrados apenas nos editais de concursos públicos e que não corresponderam diretamente com temas da ementa do curso, de acordo com a tabela 11, esses itens correspondem a 57% do total. Apesar de ser um percentual relevante, não é possível afirmar, pela análise da ementa, que estes temas não sejam abordados em sala de aula pela disciplina, porém por deixarem de constar nas ementas, não são obrigatórios.

A tabela 12 é um resumo dos temas mais frequentemente encontrados nos editais em que constam a disciplina Orçamento e não constam na ementa. A tabela completa segue no Apêndice E. Temas bastante relevantes como a *Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000* e a *Lei nº 4.320, de 17/03/1964* não estão explicitados na ementa da disciplina. Porém, isso não significa, necessariamente, que não sejam abordados em sala de aula devido a sua grande relevância e por abrangerem muitos dos temas presentes na ementa.

Tabela 22 - Resumo dos temas não elencados na ementa de Orçamento

Itens não abrangidos pela ementa	%
Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.	89
Lei nº 4.320, de 17/03/1964.	71
Dívida Pública (flutuante e fundada)	41
Novos modelos de gestão orçamentária	29
Outros planos e programas	29
Alterações orçamentárias	27
Decreto nº 93.872/1986	22
Suprimento de fundos	22
SIDOR	21
Dos Orçamentos Públicos (arts. 165 a 169 da CF 1988)	17
SIAFI	14

Fonte: Dados da pesquisa.

A tabela 13 evidencia a ementa da disciplina de Contabilidade Pública e os conteúdos que ela incorpora nos editais de forma resumida, pois segue na íntegra a tabela em Apêndice F. De um lado estão os assuntos e, do outro, a frequência que cada assunto surgiu nas bancas.

Tabela 13 - Resumo comparativo entre ementa e conteúdo dos editais de Contabilidade Pública

Ementa UFRN	Conteúdos Programáticos Editais	%
Conceito, objetivos e campo de atuação da contabilidade pública;	Conceituação, objeto, objetivo e campo de aplicação da contabilidade governamental.	89%
	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.	43%
	MCASP 5ª edição.	41%
Plano de Contas para Entidades da Administração Pública	Plano de contas aplicado ao setor público.	73%
	Composição do Patrimônio Público	55%
	Sistema de custos	43%
	Sistemas de Informações Contábeis.	41%
Princípios Fundamentais de Contabilidade aplicados ao Setor Governamental	Resolução CFC no 1.111/2007 - Princípios de contabilidade sob a perspectiva do setor público.	70%
Regimes contábeis e financeiros	Regime contábil	70%
As demonstrações contábeis segundo a Lei 4.320, de 17/03/1964. Análise e interpretação dos balanços públicos. Demonstrações contábeis: Balanço orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial.	Demonstração das variações patrimoniais.	63%
	Balanço orçamentário.	54%
	Balanço Financeiro.	54%
	Balanço patrimonial.	54%
	Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público segundo a Lei nº 4.320, de 17/03/1964.	43%
	Transações no setor público.	55%
Lançamentos de Operações típicas nas entidades públicas	Despesa pública: conceito, etapas, estágios e categorias econômicas.	52%
	Receita pública: conceito, etapas, estágios e categorias econômicas.	50%
Estrutura do órgão contábil	Sistema de Contabilidade Federal.	43%

Fonte: Dados da pesquisa.

No total, foram encontrados 78 assuntos de contabilidade pública cobrados em concursos públicos e, desse total, 44 assuntos faziam parte da ementa da disciplina oferecida pela UFRN, tal fato pode ser constatado na tabela 14. A relação entre essas duas variáveis mostra que a ementa da disciplina abrange 56% dos conteúdos exigidos nos concursos. Ao analisar os itens que mais aparecem nos concursos, assuntos com frequência de 50% ou mais nos editais, nota-se que a ementa consegue abranger 80% deles.

Tabela 14 - Itens em editais de Contabilidade Pública relacionados com Ementa

Todos os itens	Itens	%	Itens relevantes	Itens	%
Compatíveis	44	56,4%	Compatíveis	12	80%
Incompatíveis	34	43,6%	Incompatíveis	3	20%
Total	78	100%	Total	15	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

A tabela 15 informa os assuntos não exigidos explicitamente pela ementa e mais frequentes em editais, sendo apenas um resumo da que se encontra no Apêndice F. Através dela nota-se que 12 tópicos são referentes a leis e partes de leis. Isso representa 35,3% desses dados e 15,4% do total de assuntos exigidos. O fato de eles não estarem encaixados na ementa não significa que eles não são lecionados em aula, até porque algumas dessas leis são imprescindíveis para o entendimento de diversos tópicos da disciplina. O não enquadramento apenas mostra que a ementa não os explicita.

Tabela 15 - Resumo dos temas não elencados na ementa de Contabilidade Pública

Itens não abrangidos pela ementa	%
Variações Patrimoniais	70%
Sistema Integrado de Administração Financeira	61%
Lei nº 4.320, de 17/03/1964	57%
Demonstração dos fluxos de caixa.	41%
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.	36%
Notas explicativas às demonstrações contábeis.	36%
Consolidação das demonstrações contábeis.	36%
Conta Única do Tesouro Nacional.	34%
Decreto nº 93.872/1986	21%
Receita Orçamentária: Efetiva e não Efetiva.	13%
Despesa Orçamentária: Efetiva e não Efetiva.	13%
Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e alterações.	11%

Fonte: Dados da pesquisa.

Um ponto que merece destaque é a não contemplação de todas as demonstrações contábeis do setor público na ementa. O que se exige é o ensino das demonstrações apenas explicitadas pela Lei nº 4.320, de 17/03/1964, ou seja, Balanço Patrimonial, Orçamentário,

Financeiro e Demonstração das Variações Patrimoniais. Atualmente, itens de elaboração obrigatória entre os entes públicos, como a Demonstração de Fluxo de Caixa, são deixados de lado. O tema Serviço Público foi o único item constante na ementa que não foi encontrado em editais de concursos.

A tabela 16 evidencia a ementa da disciplina de Auditoria Governamental com os conteúdos dos concursos com maior nível de incidência e que fazem parte dessa classificação. A ementa de Auditoria Governamental foi dividida em dois grupos: *Conceitos e aplicações da Auditoria Governamental e Auditoria do Orçamento Público; Auditoria Financeira e Patrimonial; Auditoria das Variações Patrimoniais; Auditoria Operacional.*

Tabela 36 – Resumo comparativo entre ementa e conteúdo dos editais de Auditoria Governamental

Ementa UFRN	Conteúdos Programáticos Editais	TOTAL	%
Conceitos e aplicações da Auditoria Governamental	Classificação, Objeto e objetivos da auditoria governamental.	19	79%
	Normas relativas à execução dos trabalhos	16	67%
	Formas e tipos ou modalidades de auditoria	15	63%
	Conceito e evolução	12	50%
	Abrangência de atuação da auditoria governamental	11	46%
	Normas brasileiras para o exercício da auditoria interna: independência, competência profissional, âmbito do trabalho, execução do trabalho e administração do órgão de auditoria interna.	10	42%
	Auditoria no Setor Público Federal	8	33%
	Normas relativas à opinião do auditor	7	29%
	Relatórios e Pareceres de Auditoria	20	83%
	Auditoria do Orçamento Público; Auditoria Financeira e Patrimonial; Auditoria das Variações Patrimoniais; Auditoria Operacional.	Técnicas e procedimentos de auditoria: conceitos, direção e classificação dos testes, evidências de auditoria, indícios de erros e irregularidades.	16
Papéis de trabalho		14	58%
Planejamento da auditoria governamental		13	54%
Importância da amostragem estatística em auditoria		12	50%
Programa de auditoria governamental		10	42%
Testes de auditoria		10	42%
Exame e avaliação do controle interno		9	38%

Fonte: Dados da pesquisa.

A tabela 16 é um resumo dos conteúdos exigidos em concurso e podem ser verificados na sua totalidade no Apêndice G. A partir da relação entre o total de conteúdos com a quantidade de matérias abrangidas pela ementa foi elaborada a tabela 17.

Tabela 17 - Itens em editais de Auditoria Governamental relacionados com Ementa

Todos os itens	Itens	%
Compatíveis	40	70,2%
Incompatíveis	17	29,8%
Total	57	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa.

Como pode se observar na tabela 17, a ementa consegue abranger, aproximadamente, 70% dos assuntos elencados nos conteúdos programáticos. Entretanto, nota-se, com base na tabela 16, que a ementa da disciplina é muito resumida e genérica, dando margem para uma classificação menos objetiva e, portanto, não se pode obter uma fidedignidade deste último dado apresentado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou analisar se as disciplinas oferecidas no curso de Ciências Contábeis da UFRN são capazes de preparar o aluno para concursos públicos. Para isso, buscou-se verificar os conteúdos exigidos em editais das disciplinas de Orçamento Público, Contabilidade Pública e Auditoria Governamental das principais bancas, Cespe, FCC e ESAF, e compará-las com as ementas das disciplinas.

Buscou-se levantar a frequência com que os editais são exigidos para compreender qual matéria deve ter prioridade para um participante principiante das seleções. Os resultados obtidos puderam identificar as matérias que mais são exigidas em termos de editais. Além disso, constatou-se que a disciplina de Orçamento Público foi a mais frequente nos concursos com aparição em 74% dos cargos selecionados. Outro ponto de destaque foi que, apesar da ementa da disciplina abranger 43% dos assuntos demandados nos concursos, ou seja, menos da metade, ela ainda assim compreende 82% dos temas mais incidentes nos editais de concursos.

Na análise de Contabilidade Pública, notou-se que a ementa da disciplina abrange 56% dos conteúdos exigidos nas seleções. Ao avaliar os itens que mais aparecem nos concursos, constatou-se que a ementa contempla 80% dos temas mais incidentes. Foi observado ainda que a ementa não contempla todas as demonstrações contábeis de elaboração obrigatória no setor público, abordando só as demonstrações expressas na Lei 4.320/1964. Itens como a Demonstração de Fluxos de Caixa foram deixados de lado no conteúdo da referida disciplina. Já no estudo de Auditoria Governamental, observou-se que a sua ementa é genérica, não permitindo uma classificação tão objetiva quanto a das demais disciplinas.

Na análise dos conteúdos que as ementas não contemplam, foi constatado, em ambas as disciplinas, que parte era composta por leis. Isso não significa que elas não sejam abordadas em salas de aula, até porque algumas dessas leis são indispensáveis para o entendimento de diversos tópicos das disciplinas. O não enquadramento apenas evidencia que as ementas não as explicitam.

Com isso, este trabalho conseguiu atingir aos objetivos propostos e seus resultados podem permitir que os alunos do curso de Ciências Contábeis desta instituição de ensino superior tenham conhecimento acerca do nível de preparação do curso para concursos públicos. Deve-se levar em consideração que uma das funções do ensino é preparar o aluno para o mercado de trabalho e, devido a uma demanda cada vez maior de cargos públicos, a universidade deve levar em consideração também a carreira no setor público. Portanto, os

resultados deste estudo podem servir como auxílio aos professores da instituição para a manutenção ou alteração das ementas das referidas disciplinas de modo que consigam cumprir com a função primordial do ensino superior, a preparação para o mercado de trabalho.

A principal limitação deste estudo foi a análise de apenas três bancas (Cespe, FCC e ESAF) para estimar o universo dos concursos públicos. A escolha de tais bancas foi devido à tradicionalidade delas e por serem responsáveis pelas maiores quantidades de concursos realizados no Brasil. Outra limitação foi a análise de editais de apenas dois anos (2013 e 2014).

Recomenda-se que estudos posteriores ampliem a gama de bancas e analisem uma quantidade maior de anos. Além disso, a verificação do que efetivamente foi cobrado nas provas, através de uma análise das questões, vai permitir identificar o que realmente vem sendo solicitado nos concursos públicos. Assim, forneceria uma informação ainda mais precisa para que professores e alunos obtenham um maior grau de segurança relativa à preparação da universidade para os concursos públicos.

REFERÊNCIAS

ANPAC. **ANPAC comemora dez anos defendendo a transparência nos concursos públicos.** 27 Outubro 2014. Disponível em:

<<http://www.anpac.org.br/portal/index.php/institucional/editorial/254-anpac-comemora-dez-anos-defendendo-a-transparencia-nos-concursos-publicos->>. Acesso em: 30 Out. 2014.

BERNARDO, Nathalia Rana Rosa; TADEUCCI, Marilsa de Sá Rodrigues; ARAUJO, Elvira Aparecida Simões de. A importância da instituição pública de ensino superior tecnológico para o ensino do empreendedorismo: análise do curso superior de tecnologia em gestão empresarial, na cidade de Guaratinguetá. **Revista de Pesquisa Científica - FATEA**, São Paulo, v. 10, n.17, p. 011-040, jan./jun. 2013. Disponível em:

<<http://publicacoes.fatea.br/index.php/janus/article/view/914/697>>. Acesso em: 03 out. 2014.

BEUREN, Ilse Maria (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BIANCO, Rafael. **Influência da competitividade na conduta ética do profissional contábil.** 2005, 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/125000>>. Acesso em: 29 out. 2014.

BRANDALISE, Camila. A classe média se rende ao emprego público. **Isto é Independente**, 25 abr. 2014. Disponível em:

<http://www.istoe.com.br/reportagens/359704_A+CLASSE+MEDIA+SE+RENDE+AO+EMPREGO+PUBLICO>. Acesso em: 25 set. 2014.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. **Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 de março de 1964. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>. Acesso em: 28 ago. 2014.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 27 ago. 2014.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES, nº 10 de 16 de dezembro de 2004. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.** Disponível em: <

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf> Acesso em: 10 set. 2014

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior 2012: Resumo Técnico.** Disponível em: <

http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf> Acesso em: 10 set. 2014

_____. Tribunal de Contas da União. **Auditoria governamental: Programa de aprimoramento profissional em Auditoria – PROAUDI**. Instituto Serzedello Corrêa, 2011. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2499144.ZIP>> Acesso em: 11 set. 2014.

CAMPOS, João. **CESPE: a história da maior central de concursos do Brasil**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=4632>>. Acesso em: 29 set. 2014.

CARNEIRO, Priscilla Oliveira. **Ensino superior no Brasil e o trabalho docente**. Revista Encontro de Pesquisa em Educação. Uberaba, v. 1, n.1, p. 154-102, 2013. Disponível em: <<http://revistajuridica.uniube.br/index.php/anais/article/view/706/1003>> Acesso em: 11 nov. 2014.

CARVALHO, Deusvaldo; CECCATO, Marcio. **Manual completo de contabilidade pública (Provas e Concursos)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CASTANHEIRA, Dariane Reis Fraga. **O uso do orçamento empresarial como ferramenta de apoio à tomada de decisão e ao controle gerencial em indústrias farmacêuticas de médio porte**. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-11122008-165845/publico/Mestrado_Dariane.pdf>. Acesso em: 06 out. 2014.

CASTRO, Renata Torres da Rocha. **Orçamento público impositivo no Brasil: PEC 358/13**. 2014. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Ciências Contábeis, Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais - Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.repositorio.uniceub.br/bitstream/235/5410/1/21128716.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2014.

CHAN, James L. **As Nicsps e a Contabilidade Governamental de Países em Desenvolvimento**. REPeC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade. Brasília, v. 4, n. 1, art. 1, p. 1-17, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/download/145/72>> Acesso em: 04 set.

CONCURSO público atrai brasileiros em busca de bons salários e estabilidade. **Jornal hoje**, [S.I], 14 out. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2013/10/concurso-publico-atrai-brasileiros-em-busca-de-bons-salarios-e-estabilidade.html>>. Acesso em: 25 set. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **NBC T 16.1: Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://internet.sefaz.es.gov.br/contas/contabilidade/orientacaoContabil/arquivos/normasbrasil_eirasdecontabilidadeaplicadasaosetorpublicoealteracoes.pdf> Acesso em: 04 set. 2014

____. **Pesquisa Perfil do Profissional da Contabilidade 2012/13**, Brasília, 2013. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/12/livro_perfil_2013_web2.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2014.

____. **Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade** - 17 de outubro de 2014, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConselhoRegionalAtivo.aspx>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

CRUZ, Flávio da. **Auditoria e controladoria**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. Disponível em: <http://www.cead.ufla.br/sisgap/cadSelecao/editais/conteudo_programatico/Auditoria_e_Controladoria_Edital042014.pdf>. Acesso em: 03 out. 2014.

CUNHA, Edileuza Lobato da; GALDINO, Jonathan Alves; MOURA, Joel Brito. **Efeitos do enfoque patrimonial na dívida pública flutuante: um estudo de caso em uma fundação pública do norte do Brasil**. Revista Contemporânea de Contabilidade. Florianópolis, v. 11, n. 23, p. 31-52, mai./ago. 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/762/76231724003.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

DELLAGNELO, Eloíse Helena Livramento; LUKES, Rogério João; LYRIO, Maurício Vasconcellos. **O perfil metodológico da produção científica em orçamento público: uma análise do cenário brasileiro na primeira década do século XXI**. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade. UNEB, Salvador, v. 3, n. 1, p. 90-106, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/download/175/202>>. Acesso em: 06 out. 2014.

ESAF. **Apresentação**. Lago Sul, [2013?]. Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/a_esaf/institucional/>. Acesso em: 29 set. 2014.

ESPEJO, Márcia Maria dos Santos Bortolucci. **Perfil dos atributos do sistema orçamentário sob a perspectiva contingencial: uma abordagem multivariada**. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-30062008-141909/publico/Tese_Marcia_Bortolucci_arquivo_3.pdf>. Acesso em: 06 out. 2014.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES). **Normas de Auditoria Governamental** - NAGs: Aplicáveis ao Controle Externo 2010. Disponível em: <http://www.tce.es.gov.br/portais/Portais/15/Destaques/Proposta-de-Anteprojeto-NAGs_24-11.pdf>. Acesso em: 04 set. 2014.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes; MENDONÇA, Janete de Fátima; PELEIAS, Ivam Ricardo; SLOMSKI, Vilma Geni. **Interdisciplinaridade no ensino superior: análise da percepção de professores de controladoria em cursos de ciências contábeis na cidade de São Paulo**. Revista da Avaliação da Educação Superior. Campinas e Sorocaba, v. 16, n. 3, p. 499-532, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v16n3/v16n1a02>> Acesso em: 11 nov. 2014.

FEITOSA, Marcos Gilson Gomes; LOPES, Jorge Expedito de Gusmão; MACEDO, João Marcelo Alves; PEDERNEIRAS, Marcleide Maria Macedo; RIBEIRO FILHO, José Francisco; SILVA, Lino Martins da; **Convergência contábil na área pública: uma análise das percepções dos auditores de TCES, contadores e gestores públicos.** Revista de Contabilidade e Organizações. Ribeirão Preto, v. 4, n. 8, p. 69-91, 2010. Disponível em: <<http://www.rco.usp.br/index.php/rco/article/view/143>> Acesso em: 11 nov. 2014.

FERNANDES, Miriane de Almeida; OLIVEIRA, Eliabe Moraes de; SANTOS, Marcio Francisco dos. **Núcleo de Práticas Contábeis (NPC): proposta de implantação de um programa interdisciplinar para os alunos do curso de ciências Contábeis.** Anuário da Produção Acadêmica Docente da Anhanguera Educacional. Valinhos, v. 5, n. 14, p. 87-109, 2011. Disponível em: <<http://sare.anhanguera.com/index.php/anudo/article/download/3402/2069>>. Acesso em: 03 out 2014.

FREIRE, Fátima de Souza; MARQUES, Matheus de Mendonça; NÓBREGA, Thaise Corcino da; PEREIRA, Ednei Moraes. **Um Estudo das Exigências Programáticas em Contabilidade Pública nos Concursos Públicos Organizados pelo CESPE.** REPeC. Brasília, v. 6, n. 4, art. 5, p. 419-433, out./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/380/662>>. Acesso em: 04 set. 2014.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Histórico.** São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/institucional/2010/09/06/historico/>>. Acesso em: 29 set. 2014.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE 2012.** Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Economia_Cadastro_de_Empresas/2012/cempre2012.pdf>. Acesso em: 25 set. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONTIJO, Vander. **Orçamento impositivo, contingenciamento e transparência.** Cadernos Aslegis, n. 39, p. 61-72, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fbd.camara.gov.br%2Fbd%2Fbitstream%2Fhandle%2Fbdcamara%2F11312%2Fforcamento_impositivo_gontijo.pdf%3Fsequence%3D1&ei=22F_VO6iH4OoNrWmgNAL&usg=AFQjCNH7ZjFyfAQep8tAkHkJqjAgovAOHQ&sig2=o4Nh3nVSNQnB4eqVVA_H9w&bvm=bv.80642063,d.eXY&cad=rja>. Acesso em: 29 set. 2014.

GOULART, Nathalia. 2013, o ano dos concursos públicos. **Veja**, São Paulo, 12 jan. 2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/2013-o-ano-dos-concursos-publicos>> Acesso em: 25 set. 2014.

GUIMARÃES, Isac Pimentel; GOMES, Sônia Maria da Silva; SLOMSKI, Vilma Geni; SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Nível de Percepção do Projeto Político-Pedagógico: O que Pensam os Profissionais de Educação Contábil de Uma Instituição de Ensino Superior Pública do Estado da Bahia/Brasil.** Revista de Contabilidade da Ufba, Bahia, v. 4, n. 3, p. 4-19, set./dez. 2010. Disponível em:

<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.portalseer.ufba.br%2Findex.php%2Fcontabilidade%2Farticulo%2Fdownload%2F3956%2F3954&ei=eb8uVKzADdasyATEuoDoBg&usq=AFQjCNH2oZrjsMk_ehTr0bGFsgOzIMTucA&sig2=4hZdDf9JC-5Ag8E3viubcg&bvm=bv.76802529,d.aWw&cad=rja>. Acesso em: 03 out. 2014.

IPEA. **Ocupação no Setor Público Brasileiro:** tendências recentes e questões em aberto, Comunicados do IPEA Nº 110, Brasília: IPEA, 2011. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110908_comunicadoipea110.pdf>. Acesso em 12 dez. 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2010.

LOUSADA, Ana Cristina Zenha; MARTINS, Gilberto de Andadre. **Egressos como fonte de informação à gestão dos cursos de ciências contábeis.** Revista Contabilidade e Finanças. USP. São Paulo, n. 37, p. 73–84, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/download/34151/36883>>. Acesso em: 03 out 2014.

LUNKES, Rogério João. **Manual de orçamento.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MACHADO, Natia. **Como funcionam os concursos públicos.** Como tudo funciona: How stuff works, [2014]. Disponível em: <<http://pessoas.hsw.uol.com.br/concurso-publico.htm>>. Acesso em: 29. out. 2014.

MARTINS, Antônio Carlos Pereira. **Ensino superior no Brasil:** da descoberta aos dias atuais. Acta Cirúrgica Brasileira. São Paulo, v.17, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/acb/v17s3/15255.pdf>> Acesso em: 11 nov. 2014.

MINAS GERAIS (Estado). Controladoria-geral do estado de minas gerais (CGE-MG). **Controle Interno e Auditoria Governamental:** Curso Básico de Controle Interno e Auditoria Governamental 2012. Disponível em: <http://www.controladoriageral.mg.gov.br/downloads/doc_view/120-apostila-controle-interno-e-auditoria-governamental-pdf-720-kb?tmpl=component&format=raw>. Acesso em: 03 out. 2014.

NIYAMA. Jorge katsumi. **Contabilidade internacional.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 1999.

PESSOA, Gabriela Sá. Concurso está na moda. **LFG.** 12 Ago. 2014. Disponível em: <<http://www.lfg.com.br/conteudos/artigos/outros-assuntos-do-direito/concurso-esta-na-moda>>. Acesso em: 19 set. 2014.

PRINCIPAIS bancas examinadoras de concurso público. **Solaris Concursos,** [S.I.], 25 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.solarisgrupo.com.br/noticias/332-principais-bancas-examinadoras-de-concurso-p%C3%BAblico>>. Acesso em: 04 set. 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SALGADO, Lia. Ainda não conseguiu passar em concurso? Descubra o motivo. **G1**: o portal de notícias da Globo. São Paulo. 22 Jul. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2014/07/ainda-nao-conseguiu-passar-em-concurso-descubra-o-motivo.html>>. Acesso em: 25 set. 2014.

SALVADOR, Evilasio; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. **Orçamento e Políticas Sociais: metodologia de análise na perspectiva crítica**, São Luís, Revista de Políticas Públicas, v. 18, n. 1, p. 15-32, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2681/700/>>. Acesso em: 29 set. 2014.

SAMPAIO, Helena. **O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações**. Revista Ensino Superior Unicamp. Campinas, n. 4, out. 2011. Disponível em: <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed04_outubro2011/05_ARTIGO_PRINCIPAL.pdf> Acesso em: 11 nov. 2014.

SEBRAE. **Taxa de Sobrevivência das Empresas no Brasil**, Brasília: Sebrae, 2011. Disponível em <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Sobrevivencia_das_empresas_no_Brasil_2011.pdf>. Acesso em 12 nov. 2014.

SEBRAE-SP. **Pesquisa: Causa Mortis: o sucesso e o fracasso das empresas nos primeiros cinco anos de vida**, São Paulo: Sebrae-SP, 2014. Disponível em <http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/EstudosPesquisas/mortalidade/causa_mortis_2014.pdf>. Acesso em 12 nov. 2014.

SILVA, Cristina de Jesus Martins da. **Custos no Setor Público: análise dos artigos sobre o tema Custos no Setor Público apresentados no Congresso Brasileiro de Custos**. 2011. 61f. Dissertação - Universidade Federal do Paraná. Paraná. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/33849/CRISTINA%20DE%20JESUS%20MARTINS%20SILVA.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 04 set. 2014.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade geracional: leituras recomendadas para os técnicos dos tribunais de contas**. 03 dezembro 2012. Disponível em: <<http://linomartins.wordpress.com/2012/12/23/contabilidade-geracional-leituras-recomendadas-para-os-tecnicos-dos-tribunais-de-contas/>>. Acesso em: 04 set. 2014. Blog: Blog do Prof. Lino Martins da Silva.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade pública: recomendações para transição**. 20 janeiro 2013. Disponível em: <<http://linomartins.wordpress.com/2013/01/20/contabilidade-publica-recomendacoes-para-transicao/>>. Acesso em: 04 set. 2014. Blog: Blog do Prof. Lino Martins da Silva.

SLOMSKI, Vilma Geni; SILVA, Antonio Carlos Ribeiro Da; GOMES, Sonia Maria Da Silva; GUIMARÃES, Isac Pimentel. **Mudanças curriculares e qualidade de ensino:** ensino com pesquisa como proposta metodológica para a formação de contadores globalizados. Revista de Contabilidade e Organizações. FEA-RP/USP. São Paulo, v. 4, n. 8, p. 161-188, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.rco.usp.br/index.php/rco/article/view/103/138>>. Acesso em: 03 out 2014.

SOARES, M.S.A. **A Educação Superior no Brasil.** Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe. IESALC. Santa Catarina, 2002. Disponível em: <<http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/educacao-cultura/texto-6-2013-a-educacao-superior-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2014.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento:** Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo. São Paulo: Libertat, 2006.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática:** novos marcos para a educação de qualidade. Revista Retratos da Escola. Brasília, v. 3, n. 4, p. 163-171, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/109/298>>. Acesso em: 03 out 2014.

APÊNDICE A – EDITAIS E CARGOS CONSIDERADOS NAS ANÁLISES

FCC	
Concursos 2014	Cargos
Tribunal de Contas do Estado de Goiás	Analista de Controle Externo - Contabilidade
	Analista de Controle Externo - Orçamento e Finanças
Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco	Analista de Controle Externo - Administrativo
	Analista Legislativo - Consultoria Legislativa – Orçamento Público e Desenvolvimento Econômico
Centro de Educação Tecnológica do Amazonas	Analista Legislativo - Contabilidade
Governo do Estado da Bahia - Secretaria da Administração - Secretaria de Segurança Pública	Analista Técnico Educacional - Ciências Contábeis
Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco	Perito Criminalístico
Tribunal de Contas do Estado de Goiás	Auditor Fiscal do Tesouro Estadual
	Analista de Controle Externo – Contabilidade
Tribunal de Contas do Estado de Goiás	Analista de Controle Externo – Orçamento e Finanças
	Analista de Controle Externo – Administrativo
Tribunal de Contas do Estado do Amazonas	Analista de Controle Externo – Administrativo
Tribunal de Contas do Estado do Piauí	Analista Técnico de Controle Externo – Auditoria Governamental
Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul	Auditor Fiscal de Controle Externo
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região	Auditor Público Externo - Bacharel em Ciências Contábeis
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região	Analista Judiciário – Contabilidade
	Analista Judiciário – Administrativo
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região	Analista Judiciário – Administrativo – Contabilidade
	Analista Judiciário – Administrativo
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá	Analista Judiciário – Administrativo – Contabilidade
Concursos 2013	Cargos
Governo do Estado da Bahia - Secretaria da Administração - Procuradoria Geral do Estado da Bahia	Analista Judiciário – Contabilidade
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia	Analista de Procuradoria – Apoio Administrativo
	Analista de Gestão Corporativa - Opção 17
Ministério Público do Estado do Amazonas	Analista de Gestão Corporativa - Opção 11
	Agente Técnico – Contador
Ministério Público do Estado do Maranhão	Analista Ministerial – Contador
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	Analista Judiciário – Contabilidade
Secretaria de Administração e Secretaria do Planejamento - Governo do Estado do Piau	Analista de Planejamento e Orçamento

Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	Analista Judiciário – Administrativo
	Analista Judiciário – Contabilidade
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	Analista Judiciário - Administrativo
	Analista Judiciário - Contabilidade
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	Analista Judiciário - Administrativo
	Analista Judiciário – Contabilidade
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região	Analista Judiciário – Administrativo
	Analista Judiciário – Contabilidade
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	Analista Judiciário – Administrativo
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	Analista Judiciário – Contadoria

ESAF

Concursos 2014	Cargos
Receita Federal do Brasil.	Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Concursos 2013	Cargos
Ministério do Turismo	Contador
Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda	Analista Técnico- Administrativo Contador

Cespe

Concursos 2014	Cargos
Agência Nacional De Transportes Aquaviários	Analista Administrativo – Ciências Contábeis Analista Administrativo – Qualquer Área de Formação
Câmara dos Deputados	Analista Legislativo – Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Analista Administrativo
Ministério da Educação	Analista Contábil
Ministério do Trabalho e Emprego	Contador
Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe	Analista Judiciário – Contabilidade
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	Analista Judiciário – Técnico-Administrativa – Ciências Contábeis
Concursos 2013	Cargos
Agência Nacional de Saúde Suplementar	Analista Administrativo
Agência Nacional de Transportes Terrestres	Analista Administrativo - Ciências Contábeis Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres - Ciências Contábeis
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	Analista em Geociências – Contabilidade
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	Analista Técnico-Administrativo Contador
Departamento de Polícia Federal	Contador
Fundação Universidade de Brasília	Contador
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Analista Administrativo
Ministério da Integração Nacional	Analista Técnico Administrativo
Ministério da Justiça	Analista Técnico-Administrativo Contador

Ministério da Saúde	Contador
Ministério das Comunicações	Atividades Técnicas De Suporte – Especialidade 14
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Analista Técnico-Administrativo
Ministério do Trabalho e Emprego	Auditor-Fiscal do Trabalho
Ministério Público da União	Analista do MPU - Apoio Técnico- Especializado – Planejamento e Orçamento
	Analista Do MPU – Perícia-Contabilidade
Secretaria de Estado da Gestão Pública – Alagoas	Perito Criminal - Ciências Contábeis/Ciências Econômicas
Superintendência da Zona Franca de Manaus	Analista Técnico - Administrativo
	Contador
Supremo Tribunal Federal	Analista Judiciário – Administrativo
Serviço Federal de Processamento de Dados	Analista – Gestão Financeira
Telecomunicações Brasileiras S.A	Especialista em Gestão de Telecomunicações– Analista Superior – Auditoria
Tribunal de Contas da União	Auditor Federal de Controle Externo – Auditoria Governamental
Tribunal de Contas do Distrito Federal	Auditor de Controle Externo
	Analista de Administração Pública – Serviços Técnicos e Administrativos – Orçamento, Gestão Financeira e Controle
	Analista de Administração Pública– Serviços Técnicos e Administrativos
Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	Analista Administrativo - Ciências Contábeis
	Auditor
Tribunal de Contas do Estado de Rondônia	Auditor de Controle Externo – Ciências Contábeis
	Contador
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	Analista Judiciário – Administrativo
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região	Analista Judiciário – Administrativo
	Analista Judiciário – Administrativo - Contabilidade
Universidade Federal do Pampa	Contador

**APÊNDICE B - ITENS ENCONTRADOS NOS CONTEÚDOS PROGRÁTICOS EM
EDITAIS DE ORÇAMENTO PÚBLICO**

Conteúdos Programáticos	Cespe	FCC	TOTAL	%
Conceitos e princípios orçamentários	28	35	63	100%
O Orçamento na Constituição Federal de 1988	27	32	59	94%
Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000	25	31	56	89%

Créditos Adicionais	24	26	50	79%
Lei nº 4.320, de 17/03/1964	13	32	45	71%
Receitas e Despesas Públicas: Previsão, Fixação, Classificação e Execução.	24	20	44	70%
Ciclo Orçamentário	15	26	41	65%
Orçamento-programa	5	32	37	59%
Despesas de Exercícios Anteriores	21	14	35	56%
Restos a Pagar	21	14	35	56%
Processo legislativo do planejamento orçamentário	5	29	34	54%
Dívida Ativa	18	9	27	43%
Dívida Pública (flutuante e fundada)	16	10	26	41%
Descentralização de Créditos e Recursos Orçamentários	11	15	26	41%
Fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos	16	5	21	33%
Classificações orçamentárias	18	3	21	33%
O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas	19	0	19	30%
Programação Orçamentaria-Financeira	18	1	19	30%
Sistema e processo de orçamentação	18	0	18	29%
Novos modelos de gestão orçamentária	16	2	18	29%
Outros planos e programas	18	0	18	29%
Alterações orçamentárias	17	0	17	27%
Acompanhamento da execução	15	0	15	24%
Decreto nº 93.872/1986	6	8	14	22%
Suprimento de fundos	12	2	14	22%
SIDOR	13	0	13	21%
Dos Orçamentos Públicos (arts. 165 a 169 da CF 1988)	11	0	11	17%
Orçamento Público no Brasil	6	3	9	14%
Características do orçamento tradicional	2	7	9	14%
SIAFI	4	5	9	14%
Fiscalização contábil, orçamentária e financeira - CF 1988	0	8	8	13%
Sistemas de informações SIOP	8	0	8	13%
Métodos, técnicas e instrumentos do Orçamento Público	7	1	8	13%
Decreto-Lei nº 200, de 25/02/1967 (artigos: do 6º ao 18, do 68 ao 93)	6	1	7	11%
Características do orçamento de base zero, do orçamento de desempenho	1	6	7	11%
Lei nº 10.180 de 06/02/2001 (Sistema de Planejamento e Orçamento Federal)	1	5	6	10%
Conceito e finalidade do controle da Administração Pública	0	5	5	8%
Planejamento na Constituição	2	3	5	8%
Análise Econômico-Financeira	0	4	4	6%
Integração planejamento-orçamento	1	3	4	6%
A conta única do Tesouro	3	1	4	6%
Evolução conceitual do orçamento público	0	3	3	5%
Objetivos da política orçamentária.	1	2	3	5%

Licitações e Contratos administrativos: Lei nº 8.666 de 21/06/1993, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013, Lei nº 10520 de 17/07/2002 e Decreto nº 5.504 de 05/08/2005	0	3	3	5%
Definição e tipos de tributos, tarifas, contribuições fiscais e para-fiscais	3	0	3	5%
Orçamento fiscal e de seguridade social	0	3	3	5%
Instrução Normativa IN SRF nº 480/2004	0	3	3	5%
Lei nº 9.430 de 27/12/1996 e alterações posteriores	0	3	3	5%
Procedimentos de retenção de impostos e contribuições federais.	0	3	3	5%
Mensuração de desempenho e controle orçamentário.	0	2	2	3%
Execução orçamentária e financeira na visão da Nova Contabilidade Pública (Parte I do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Procedimentos Contábeis e Orçamentários).	0	2	2	3%
Processo de Planejamento-Orçamento: Plano Plurianual- PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO e Lei Orçamentária Anual- LOA.	0	2	2	3%
Política fiscal e equilíbrio orçamentário.	0	2	2	3%
Accountability.	0	2	2	3%
Constituição Federal: Título III, Capítulos II a VI, Título IV, Títulos VI a VIII, ADCT	0	2	2	3%
Planejamento e controle orçamentário: Lei nº 12.465 de 12/08/2011 (Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO); Lei nº 12.565 de 10/01/2012 (Lei Orçamentária Anual – LOA). Manual Técnico de Orçamento – Empresas do Setor Produtivo Estatal (SPE)	2	0	2	3%
Cota, provisão, repasse e destaque.	0	2	2	3%
Decreto nº 6.170 de 25 de julho de 2007 e alterações.	0	2	2	3%
Controle e transparência: controle pelos Tribunais de Contas e pelo Poder legislativo; penalidades administrativas e civis.	0	1	1	2%
Planejamento governamental e orçamento público: visão histórica e contemporânea	0	1	1	2%
Regimes orçamentários: competência de exercício e de caixa.	0	1	1	2%
Pacto Federativo e as políticas públicas. Federalismo fiscal: políticas e critérios de distribuição de receitas e encargos entre as esferas do governo. Limites Constitucionais e legais: Educação, Saúde, Pessoal, Dívida e Operações de Crédito, Garantias. Transferências Voluntárias.	0	1	1	2%
Lei Complementar nº 131, de 27/05/2009. Patrimônio público.	0	1	1	2%
Tomadas e prestações de contas.	1	0	1	2%
Decreto nº 3.591/2000 (Sistema de Controle Interno). Instrução Normativa MF/SFC nº 01/2001. Instrução Normativa CGU nº 07/2006. Instrução Normativa CGU nº 01/2007.	1	0	1	2%
Decreto Distrital nº 32.598/2010 (normas de planejamento, Orçamento, finanças, patrimônio e contabilidade do Distrito Federal).	1	0	1	2%

Contratos, convênios, acordos, ajustes, contratos de gestão: Definições e aspectos básicos. Parcerias público-privadas: Lei Federal nº 11.079 de 30/12/2004 e Lei Distrital nº 3.792 de 02/02/2006.	1	0	1	2%
Contas dos balanços orçamentário, financeiro e patrimonial	1	0	1	2%
Instrução Normativa STN nº 01, de 15 de janeiro de 1997 e alterações posteriores	0	1	1	2%
Princípio da legalidade	0	1	1	2%
Subvenções e transferências de recursos, crédito público e endividamento, estágios da despesa pública, responsabilidades do gestor.	0	1	1	2%
Fonte e destinação de recursos. Programação de desembolso e mecanismos retificadores do orçamento. Licitações. Dos crimes contra as finanças públicas.	0	1	1	2%

APÊNDICE C - ITENS ENCONTRADOS NOS CONTEÚDOS PROGRÁTICOS EM EDITAIS DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Conteúdos Programáticos	Cespe	FCC	ESAF	TOTAL	%
Conceituação, objeto, objetivo e campo de aplicação da contabilidade governamental	30	20	0	50	89%
Plano de contas aplicado ao setor público	26	13	2	41	73%
Resolução CFC nº 1.111/2007 - Princípios de contabilidade sob a perspectiva do setor público	21	15	3	39	70%
Regime contábil	23	16	0	39	70%
Variações Patrimoniais	24	12	3	39	70%
Demonstração das variações patrimoniais	15	18	2	35	63%
Sistema Integrado de Administração Financeira	23	11	0	34	61%
Lei nº 4.320 de 17/03/1964	11	19	2	32	57%
Transações no setor público	19	10	2	31	55%
Composição do Patrimônio Público	21	7	3	31	55%
Balanço orçamentário	13	15	2	30	54%
Balanço Financeiro	13	15	2	30	54%
Balanço patrimonial	13	15	2	30	54%
Despesa pública: conceito, etapas, estágios e categorias econômicas	22	7	0	29	52%
Receita pública: conceito, etapas, estágios e categorias econômicas	21	7	0	28	50%
Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	3	19	2	24	43%
Sistema de custos	21	1	2	24	43%
Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público segundo a Lei nº 4.320 de 17/03/1964	17	7	0	24	43%
Sistema de Contabilidade Federal	22	0	2	24	43%
MCASP 5ª edição	5	16	2	23	41%

Sistemas de Informações Contábeis	16	6	1	23	41%
Demonstração dos fluxos de caixa	11	10	2	23	41%
Execução orçamentária e financeira	20	1	0	21	38%
Suprimento de Fundos	20	1	0	21	38%
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	11	7	2	20	36%
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11	7	2	20	36%
Consolidação das demonstrações contábeis	11	7	2	20	36%
Conta Única do Tesouro Nacional	19	0	0	19	34%
Resultado patrimonial	18	0	0	18	32%
Registro contábil	15	0	1	16	29%
Mensuração de ativos	7	6	2	15	27%
Decreto nº 93.872 de 23/12/1986	2	10	0	12	21%
Tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições	8	1	2	11	20%
Mensuração de passivos	7	2	2	11	20%
Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000 (com alterações)	5	6	0	11	20%
Tabela de eventos: conceito, estrutura e fundamentos lógicos	0	9	0	9	16%
Relatório de Gestão Fiscal	3	6	0	9	16%
Escrituração e Consolidação das Contas	0	7	1	8	14%
Relatórios: Resumido da execução orçamentária	2	6	0	8	14%
Receita Orçamentária: Efetiva e não Efetiva	3	4	0	7	13%
Despesa Orçamentária: Efetiva e não Efetiva	3	4	0	7	13%
Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e alterações	1	5	0	6	11%
Processo de Planejamento-Orçamento: Plano Plurianual-PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO e Lei Orçamentária Anual- LOA	1	4	0	5	9%
Receita Extra orçamentaria. Escrituração Contábil da Receita Orçamentária e extra orçamentaria. Despesa extra orçamentaria. Escrituração da Despesa Orçamentária e extra orçamentária	0	4	0	4	7%
Reconhecimento da Receita e Despesa sob o Enfoque Orçamentário e Patrimonial	0	4	0	4	7%
Balancete: características, conteúdo e forma	4	0	0	4	7%
Decreto Estadual nº 7.586/2012, Portarias STN nºs 548 de 22/11/2010 e 634 de 19/11/2013	0	4	0	4	7%
Portaria STN nº 437 de 12/07/2012 – Partes II, III, IV e V	0	2	2	4	7%
Portaria STN nº 637 de 18/08/2012	0	2	2	4	7%
Lei nº 10.180 de 06/02/2001	2	0	2	4	7%
Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) – Portaria Interministerial STN/SOF nº 163 de 04/05/2001 e suas alterações	0	2	1	3	5%
Resultado orçamentário	2	0	0	2	4%
Resultado financeiro	2	0	0	2	4%
Adiantamento e prestação de contas	0	2	0	2	4%
Dívida e Endividamento	0	2	0	2	4%

Perícia Contábil: Laudo Pericial, Parecer Pericial Contábil	0	2	0	2	4%
Gestão organizacional da contabilidade pública no Brasil: papéis da Secretaria do Tesouro Nacional e dos órgãos setoriais de Contabilidade constantes da Lei nº 10.180 de 06/02/2001	2	0	0	2	4%
Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)	0	0	2	2	4%
Hipóteses teóricas do crescimento das despesas públicas	0	0	2	2	4%
Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas internacionais	1	0	0	1	2%
Plano de Contas da Administração estadual BAHIA	0	1	0	1	2%
Apuração do superávit financeiro	0	1	0	1	2%
Despesas de exercícios anteriores	1	0	0	1	2%
Procedimentos de encerramento do exercício	0	1	0	1	2%
Restos a pagar	1	0	0	1	2%
Relatórios de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais	1	0	0	1	2%
Controle Interno e Externo	0	1	0	1	2%
Programação financeira e cronograma de desembolso	1	0	0	1	2%
Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV) - Decreto nº 6.170/2007 e Portaria Interministerial nº 507/2011, atualizados)	1	0	0	1	2%
Receita corrente líquida: finalidade, estrutura e forma de cálculo	1	0	0	1	2%
Instrumentos de Movimentação e Descentralização de Crédito	0	1	0	1	2%
Portaria STN/SOF nº 02/2012 – Partes I e VIII, Portaria STN nº 438/2012	0	1	0	1	2%
Portaria STN nº 467/09 – volumes II, III e IV – Portaria STN/SOF nº 02/09 – Manual da Receita e Despesa, Portaria nº 749/09 e Portaria nº 751/09	0	1	0	1	2%
CF art. 70 a 74 e Decreto-Lei nº 200/1967 e suas alterações	0	1	0	1	2%
Exercício financeiro: definição, ano financeiro	1	0	0	1	2%
Sidor - Sistema Integrado de Dados Orçamentários	1	0	0	1	2%
Lei nº 10.520 17/07/2002 (pregão) e alterações	1	0	0	1	2%
Metodologia de trabalho do Sistema de Controle Interno – SCI (Instrução Normativa SFC/MF nº 01/2001)	1	0	0	1	2%

APÊNDICE D - ITENS ENCONTRADOS NOS CONTEÚDOS PROGRÁTICOS EM EDITAIS DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Conteúdos Programáticos	Cespe	FCC	ESAF	TOTAL	%
Relatórios e Pareceres de Auditoria	6	14	0	20	83%
Classificação, Objeto e objetivos da auditoria	7	11	1	19	79%

governamental					
Normas relativas à execução dos trabalhos	4	11	1	16	67%
Técnicas e procedimentos de auditoria: conceitos, direção e classificação dos testes, evidências de auditoria, indícios de erros e irregularidades	4	12	0	16	67%
Formas e tipos ou modalidades de auditoria	5	9	1	15	63%
Papéis de trabalho	5	9	0	14	58%
Planejamento da auditoria governamental	5	8	0	13	54%
Conceito e evolução	4	8	0	12	50%
Importância da amostragem estatística em auditoria	6	6	0	12	50%
Abrangência de atuação da auditoria governamental	3	7	1	11	46%
Normas brasileiras para o exercício da auditoria interna: independência, competência profissional, âmbito do trabalho, execução do trabalho e administração do órgão de auditoria interna.	4	6	0	10	42%
Programa de auditoria governamental	6	4	0	10	42%
Testes de auditoria	4	6	0	10	42%
Exame e avaliação do controle interno	5	4	0	9	38%
Auditoria no Setor Público Federal	3	4	1	8	33%
Materialidade, risco e relevância	3	5	0	8	33%
Normas relativas à opinião do auditor	2	5	0	7	29%
Tomada e Prestação de contas. Procedimentos em processos de prestação de contas da Administração Pública Federal. Peças e conteúdos do processo de contas e do relatório de gestão, conforme disposto na IN n.º 63/2010	4	3	0	7	29%
Todas as normas brasileiras de contabilidade vigentes relativas à auditoria interna, externa e pública emanadas pelo CFC	2	3	0	5	21%
Normas internacionais para o exercício profissional da auditoria. 3.1 Normas da INTOSAI: código de ética e padrões de auditoria. 3.2 Normas do IIA: independência, proficiência e zelo profissional, desenvolvimento profissional contínuo.	3	2	0	5	21%
Normas de auditoria do TCU (Portaria-TCU nº 280/2010)	4	1	0	5	21%
Plano de auditoria baseado no risco	3	2	0	5	21%
Eventos ou transações subsequentes	1	4	0	5	21%
Procedimentos de auditoria em áreas específicas das demonstrações contábeis	1	4	0	5	21%
Operacionalidade	1	4	0	5	21%
Governança no setor público. Papel e importância. Controles internos segundo o COSO I e o COSO II – ERM (Enterprise Risk Management).	2	3	0	5	21%
Determinação de escopo	3	1	0	4	17%
Risco inerente de controle e de detecção	3	1	0	4	17%
Matriz de planejamento	3	1	0	4	17%
Supervisão e Controle de Qualidade	2	2	0	4	17%
O controle externo e o papel do Tribunal de Contas da União	1	3	0	4	17%

Ética profissional. Impedimentos da Auditoria Governamental	0	4	0	4	17%
Sistema de controle interno no setor público federal: Objeto e abrangência da atuação; técnica de controle.	0	4	0	4	17%
Auditoria governamental segundo a INTOSAI (International Organization of Supreme Audit Institutions)	2	1	0	3	13%
Normas de Auditoria Governamental (NAGs) Aplicáveis ao Controle Externo Brasileiro: Normas gerais. Conceitos básicos. Objetivos gerais. Objetivos específicos. Aplicabilidade. Amplitude e atualização.	1	2	0	3	13%
NBC TA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria.	0	3	0	3	13%
Auditoria Interna (Resolução CFC 986/2003) e Auditoria Externa.	0	3	0	3	13%
Auditoria de regularidade e auditoria operacional	3	0	0	3	13%
Atividades preliminares	3	0	0	3	13%
Fraude e erro: definições, fraudes temporárias e permanentes, responsabilidades, detecção, comunicações de fraudes e erros.	1	2	0	3	13%
Controle e avaliação da execução orçamentária	1	2	0	3	13%
Instrumentos de fiscalização: auditoria, levantamento, monitoramento, acompanhamento e inspeção	2	1	0	3	13%
Coleta de dados e informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI para Relatórios de Gestão Anual.	0	3	0	3	13%
Auditoria interna segundo o IIA (Institute of Internal Auditors)	2	0	0	2	8%
Normas e Procedimentos de Auditoria emitidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.	0	2	0	2	8%
Diferenças entre Controle Interno e Externo	0	2	0	2	8%
Sistemas de Controle na Administração Pública Brasileira (arts. 70 a 74 da Constituição Federal)	1	1	0	2	8%
Uso de trabalhos técnicos de especialistas	1	1	0	2	8%
Controle na Administração Pública	2	0	0	2	8%
Natureza e fases do processo de auditoria	1	0	0	1	4%
O papel do Congresso Nacional no Sistema de Controle	1	0	0	1	4%
Lei nº 10.180 de 06/02/2001 atualizada. Decreto nº 3.591/2000 atualizado. Instrução Normativa nº 01/2001 – SFCI atualizada. Auditoria. Resolução - TCU nº 246/2011 atualizada.	0	1	0	1	4%
Decreto Nº 31.276, de 04 de Janeiro de 2008 – Sistema Corporativo – E-FISCO, na área orçamentária e financeira, no âmbito dos Órgãos e Entidades dos Poderes do Estado de Pernambuco.	0	1	0	1	4%
Noções do Sistema de Escrituração Fiscal - SEF de Pernambuco. (Lei Estadual nº 12.333/03 e alterações).	0	1	0	1	4%
Tribunais de Contas: funções, natureza jurídica e eficácia das decisões	1	0	0	1	4%
Auditoria integral	1	0	0	1	4%

Manual de Auditoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal (aprovado pela Decisão Administrativa nº 41/2011)	1	0	0	1	4%
Tribunal de Contas da União: natureza, competência e jurisdição	1	0	0	1	4%

APÊNDICE E - COMPARATIVO ENTRE EMENTA E CONTEÚDO DOS EDITAIS DE ORÇAMENTO PÚBLICO

Ementa UFRN	Conteúdos Programáticos Editais	TOTAL	%
Princípios orçamentários. Conceituação de Orçamento Público	Conceitos e princípios orçamentários.	63	100%
	O Orçamento na Constituição Federal de 1988	59	94%
	Orçamento Público no Brasil	9	14%
	Características do orçamento tradicional	9	14%
	Características do orçamento de base zero e de desempenho	7	11%
	Orçamento fiscal e de seguridade social	3	5%
Execução da Despesa; Execução da Receita	Princípio da legalidade	1	2%
	Créditos Adicionais: Suplementares, Especiais e Extraordinários	50	79%
	Receitas e Despesas Públicas: Previsão, Fixação, Classificação e Execução	44	70%
	Despesas de Exercícios Anteriores	35	56%
	Restos a Pagar	35	56%
Elaboração da Proposta Orçamentária; Discussão, votação e aprovação da Lei do Orçamento. Técnica de Elaboração; Execução Orçamentária. Processo orçamentário. O Sistema e o Processo Orçamentário	Dívida Ativa	27	43%
	Ciclo Orçamentário	41	65%
	Processo legislativo do planejamento orçamentário	34	54%
	Sistema e processo de orçamentação	18	29%
Orçamento-Programa: conceitos, fundamentos	Processo de Planejamento-Orçamento: PPA, LDO e LOA	2	3%
	Orçamento-programa	37	59%
	Descentralização de Créditos e Recursos Orçamentários	26	44%
	Programação Orçamentária-Financeira	19	30%
	Acompanhamento da execução	15	24%
	Execução orçamentária e financeira na visão da Nova Contabilidade Pública	2	3%
Execução orçamentária e Financeira	Lei Complementar nº 131, de 27/05/2009	1	2%
	Fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos	21	33%
	Conceito e finalidade do controle da	5	8%
Controle e Avaliação da Execução Orçamentária			

	Administração Pública		
	Mensuração de desempenho e controle orçamentário	2	3%
	Controle e transparência: Tribunais de Contas e Legislativo	1	2%
Classificação orçamentária da receita e da despesa	Classificações orçamentárias	21	33%
Função alocativa, distributiva e estabilizadora	O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas	19	30%
Origem histórica e evolução conceitual do Orçamento Público	Evolução conceitual do orçamento público	3	5%
	Planejamento governamental e orçamento público: visão histórica e contemporânea	1	2%
Regimes Contábeis no Orçamento	Regimes orçamentários: competência de exercício e de caixa	1	2%
Mensuração de Custos por Programas			
Prática do Orçamento Público	ITENS NÃO EXIGIDOS NOS CONCURSOS ANALISADOS		
	Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000	56	89%
	Lei nº 4.320 de 17/03/1964	45	71%
	Dívida Pública (flutuante e fundada)	26	41%
	Novos modelos de gestão orçamentária	18	29%
	Outros planos e programas	18	29%
	Alterações orçamentárias	17	27%
	Decreto nº 93.872/1986	14	22%
	Suprimento de fundos	14	22%
	SIDOR	13	21%
	Dos Orçamentos Públicos (arts. 165 a 169 da CF 1988)	11	17%
	SIAFI	9	14%
	Da fiscalização contábil, orçamentária e financeira - CF de 88	8	13%
ITENS NÃO ABRANGIDOS PELA EMENTA	Sistemas de informações SIOP	8	13%
	Métodos, técnicas e instrumentos do Orçamento Público	8	13%
	Decreto-Lei nº 200, de 25/02/1967 (artigos: do 6º ao 18, do 68 ao 93)	7	11%
	Lei nº 10.180 de 06/02/2001 (Sistema de Planejamento e Orçamento Federal)	6	10%
	Planejamento na Constituição	5	8%
	Análise Econômico-Financeira	4	6%
	Integração planejamento-orçamento	4	6%
	A conta única do Tesouro	4	6%
	Objetivos da política orçamentária.	3	5%
	Licitações e Contratos administrativos	3	8%
	Definição e tipos de tributos, tarifas, contribuições fiscais e para-fiscais	3	5%
	Instrução Normativa IN SRF nº 480/2004	3	5%
	Lei nº 9.430 de 27/12/1996 e alterações posteriores	3	5%

Procedimentos de retenção de impostos e contribuições federais	3	5%
Política fiscal e equilíbrio orçamentário	2	3%
Accountability	2	3%
Constituição Federal: Título III, Capítulos II a VI, Título IV, Títulos VI a VIII, ADCT	2	3%
Planejamento e controle orçamentário: Lei nº 12.465/2011 (Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO); Lei nº 12.565/2012 (Lei Orçamentária Anual – LOA). Manual Técnico de Orçamento – Empresas do Setor Produtivo Estatal (SPE)	2	3%
Decreto nº 6.170 de 25 de julho de 2007 e alterações	2	3%
Pacto Federativo e as políticas públicas	1	2%
Federalismo fiscal	1	2%
Limites Constitucionais e legais	1	2%
Transferências Voluntárias	1	2%
Tomadas e prestações de contas	1	2%
Decreto nº 3.591/2000 (Sistema de Controle Interno). Instrução Normativa MF/SFC nº 01/2001. Instrução Normativa CGU nº 07/2006. Instrução Normativa CGU nº 01/2007.	1	2%
Decreto Distrital nº 32.598/2010 (normas de planejamento, Orçamento, finanças, patrimônio e contabilidade do Distrito Federal)	1	2%
Contas dos balanços orçamentário, financeiro e patrimonial	1	2%
Instrução Normativa STN nº 01, de 15 de janeiro de 1997 e alterações posteriores	1	2%
Subvenções e transferências de recursos, crédito público e endividamento, estágios da despesa pública, responsabilidades do gestor	1	2%
Fonte e destinação de recursos	1	2%
Programação de desembolso e mecanismos retificadores do orçamento	1	2%
Dos crimes contra as finanças públicas	1	2%

APÊNDICE F - COMPARATIVO ENTRE EMENTA E CONTEÚDO DOS EDITAIS DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Ementa UFRN	Conteúdos Programáticos Editais	TOTAL	%
Conceito, objetivos e campo de atuação da contabilidade pública;	Conceituação, objeto, objetivo e campo de aplicação da contabilidade governamental	50	89%

	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.	24	43%
	MCASP 5ª edição.	23	41%
	Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas internacionais.	1	2%
Plano de Contas para Entidades da Administração Pública	Plano de contas aplicado ao setor público.	41	73%
	Composição do Patrimônio Público	31	55%
	Sistema de custos	24	43%
	Sistemas de Informações Contábeis.	23	41%
	Plano de Contas da Administração estadual BAHIA	1	2%
Princípios Fundamentais de Contabilidade aplicados ao Setor Governamental	Resolução CFC no 1.111/2007 - Princípios de contabilidade sob a perspectiva do setor público.	39	70%
Regimes contábeis e financeiros	Regime contábil	39	70%
As demonstrações contábeis segundo a Lei 4.320/64. Análise e interpretação dos balanços públicos. Demonstrações contábeis: Balanço orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial.	Demonstração das variações patrimoniais.	35	63%
	Balanço orçamentário.	30	54%
	Balanço Financeiro.	30	54%
	Balanço patrimonial.	30	54%
	Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público segundo a Lei nº 4.320 de 17/03/1964.	24	43%
	Resultado patrimonial.	18	32%
	resultado orçamentário	2	4%
	resultado financeiro	2	4%
	Apuração do superávit financeiro	1	2%
	Lançamentos de Operações típicas nas entidades públicas	Transações no setor público.	31
Despesa pública: conceito, etapas, estágios e categorias econômicas.		29	52%
Receita pública: conceito, etapas, estágios e categorias econômicas.		28	50%
Execução orçamentária e financeira.		21	38%
Suprimento de Fundos.		21	38%
Registro contábil		16	29%
Mensuração de ativos		15	27%
Tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições.		11	20%
Mensuração de passivos		11	20%
Tabela de eventos: conceito, estrutura e fundamentos lógicos.		9	16%
Escrituração e Consolidação das Contas.		8	14%
Receita Extra orçamentária. Escrituração Contábil da Receita Orçamentária e extra orçamentária. Despesa extra orçamentária. Escrituração da Despesa Orçamentária e extra orçamentária.		4	7%
Reconhecimento da Receita e Despesa sob o Enfoque Orçamentário e Patrimonial.		4	7%

	Despesas de exercícios anteriores	1	2%
	Procedimentos de encerramento do exercício.	1	2%
	Restos a pagar	1	2%
Estrutura do órgão contábil	Sistema de Contabilidade Federal.	24	43%
Análise de balanços: Noções sobre a LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal.	Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000 (com alterações).	11	20%
Relatórios contábeis segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal.	Relatório de Gestão Fiscal	9	16%
	Relatórios: Resumido da execução orçamentária	8	14%
	Relatórios de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais	1	2%
Tomada de contas e prestação de contas	Adiantamento e prestação de contas.	2	4%
Estrutura do órgão contábil	Papéis da Secretaria do Tesouro Nacional e dos órgãos setoriais de Contabilidade	2	4%
Controle interno e externo	Controle Interno e Externo.	1	2%
Serviço Público	ITEM NÃO EXIGIDO NOS CONCURSOS ANALISADOS		
ITENS NÃO ABRANGIDOS PELA EMENTA	Variações Patrimoniais	39	70%
	Sistema Integrado de Administração Financeira	34	61%
	Lei nº 4.320 de 17/03/1964	32	57%
	Demonstração dos fluxos de caixa.	23	41%
	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.	20	36%
	Notas explicativas às demonstrações contábeis.	20	36%
	Consolidação das demonstrações contábeis.	20	36%
	Conta Única do Tesouro Nacional.	19	34%
	Decreto nº 93.872/1986	12	21%
	Receita Orçamentária: Efetiva e não Efetiva.	7	13%
	Despesa Orçamentária: Efetiva e não Efetiva.	7	13%
	Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e alterações.	6	11%
	Processo de Planejamento-Orçamento: Plano Plurianual- PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO e Lei Orçamentária Anual- LOA.	5	9%
	Balancete: características, conteúdo e forma.	4	7%
	Decreto Estadual nº 7.586/2012, Portarias STN nºs 548/2010 e 634/2013.	4	7%
	Portaria STN nº 437/2012 – Partes II, III, IV e V	4	7%
	Portaria STN nº 637/2012	4	7%
	Lei nº10.180 de 06/02/2001	4	7%
	Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) – Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e suas alterações	3	5%

Dívida e Endividamento.	2	4%
Perícia Contábil: Laudo Pericial, Parecer Pericial Contábil.	2	4%
Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)	2	4%
Hipóteses teóricas do crescimento das despesas públicas	2	4%
Programação financeira e cronograma de desembolso.	1	2%
Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV)	1	2%
Receita corrente líquida: finalidade, estrutura e forma de cálculo.	1	2%
Instrumentos de Movimentação e Descentralização de Crédito.	1	2%
Portaria STN/SOF nº 02/2012 – Partes I e VIII, Portaria STN nº 438/2012	1	2%
Portaria STN nº 467/09 – volumes II, III e IV – Portaria STN/SOF nº 02/09 – Manual da Receita e Despesa, Portaria nº 749/09 e Portaria nº 751/09.	1	2%
CF art. 70 a 74 e Decreto-Lei nº 200/1967 e suas alterações	1	2%
Exercício financeiro: definição, ano financeiro.	1	2%
Sidor - Sistema Integrado de Dados Orçamentários	1	2%
Lei nº 10.520 de 17/07/2002 (pregão) e alterações	1	2%
Metodologia de trabalho do Sistema de Controle Interno – SCI (Instrução Normativa SFC/MF nº 01/2001);	1	2%

APÊNDICE G - COMPARATIVO ENTRE EMENTA E CONTEÚDO DOS EDITAIS DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Ementa UFRN	Conteúdos Programáticos Editais	TOTAL	%
Conceitos e aplicações da Auditoria Governamental	Classificação, Objeto e objetivos da auditoria governamental	19	79%
	Normas relativas à execução dos trabalhos	16	67%
	Formas e tipos ou modalidades de auditoria	15	63%
	Conceito e evolução	12	50%
	Abrangência de atuação da auditoria governamental	11	46%
	Normas brasileiras para o exercício da auditoria interna: independência, competência profissional, âmbito do trabalho, execução do trabalho e administração do órgão de auditoria	10	42%

	interna.		
	Auditoria no Setor Público Federal	8	33%
	Normas relativas à opinião do auditor	7	29%
	Todas as normas brasileiras de contabilidade vigentes relativas à auditoria interna, externa e pública emanadas pelo CFC	5	21%
	Normas internacionais para o exercício profissional da auditoria. 3.1 Normas da INTOSAI: código de ética e padrões de auditoria. 3.2 Normas do IIA: independência, proficiência e zelo profissional, desenvolvimento profissional contínuo.	5	21%
	Normas de auditoria do TCU(Portaria-TCU nº 280/2010)	5	21%
	Auditoria governamental segundo a INTOSAI (International Organization of Supreme Audit Institutions)	3	13%
	Normas de Auditoria Governamental (NAGs) Aplicáveis ao Controle Externo Brasileiro: 1 Normas gerais. 1.1 Conceitos básicos. 1.2 Objetivos gerais. 1.3 Objetivos específicos. 1.4 Aplicabilidade. 1.5 Amplitude e atualização.	3	13%
	NBC TA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria.	3	13%
	Auditoria Interna (Resolução CFC 986/2003) e Auditoria Externa.	3	13%
	Auditoria interna segundo o IIA (Institute of Internal Auditors)	2	8%
	Normas e Procedimentos de Auditoria emitidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.	2	8%
	Natureza e fases do processo de auditoria	1	4%
	Relatórios e Pareceres de Auditoria	20	83%
	Técnicas e procedimentos de auditoria: conceitos, direção e classificação dos testes, evidências de auditoria, indícios de erros e irregularidades	16	67%
	Papéis de trabalho	14	58%
Auditoria do Orçamento Público; Auditoria Financeira e Patrimonial; Auditoria das Variações Patrimoniais; Auditoria Operacional.	Planejamento da auditoria governamental	13	54%
	Importância da amostragem estatística em auditoria	12	50%
	Programa de auditoria governamental	10	42%
	Testes de auditoria	10	42%
	Exame e avaliação do controle interno	9	38%
	Materialidade, risco e relevância	8	33%
	Plano de auditoria baseado no risco	5	21%
	Eventos ou transações subsequentes	5	21%
	Procedimentos de auditoria em áreas específicas das demonstrações contábeis	5	21%

	Operacionalidade	5	21%
	Determinação de escopo	4	17%
	Risco inerente de controle e de detecção	4	17%
	Matriz de planejamento	4	17%
	Auditoria de regularidade e auditoria operacional	3	13%
	Atividades preliminares	3	13%
	Fraude e erro: definições, fraudes temporárias e permanentes, responsabilidades, detecção, comunicações de fraudes e erros.	3	13%
	Controle e avaliação da execução orçamentária	3	13%
	Instrumentos de fiscalização: auditoria, levantamento, monitoramento, acompanhamento e inspeção	3	13%
	Coleta de dados e informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI para Relatórios de Gestão Anual.	3	13%
ITENS NÃO ABRANGIDOS PELA EMENTA	Tomada e Prestação de contas. Procedimentos em processos de prestação de contas da Administração Pública Federal. Peças e conteúdos do processo de contas e do relatório de gestão, conforme disposto na IN n.º 63/2010	7	29%
	Governança no setor público. 2.1 Papel e importância. 2.2 Controles internos segundo o COSO I e o COSO II – ERM (Enterprise Risk Management).	5	21%
	Supervisão e Controle de Qualidade	4	17%
	O controle externo e o papel do Tribunal de Contas da União	4	17%
	Ética profissional. Impedimentos da Auditoria Governamental	4	17%
	Sistema de controle interno no setor público federal: Objeto e abrangência da atuação; técnica de controle.	4	17%
	Diferenças entre Controle Interno e Externo	2	8%
	Sistemas de Controle na Administração Pública Brasileira (arts. 70 a 74 da Constituição Federal)	2	8%
	Uso de trabalhos técnicos de especialistas	2	8%
	Controle na Administração Pública	2	8%
	O papel do Congresso Nacional no Sistema de Controle	1	4%
	Lei nº 10.180 de 06/02/2001 atualizada. Decreto nº 3.591/2000 atualizado. Instrução Normativa nº 01/2001 – SFCI atualizada. Auditoria. Resolução - TCU nº 246/2011 atualizada.	1	4%

Decreto Nº 31.276, de 04 de Janeiro de 2008 – Sistema Corporativo – E-FISCO, na área orçamentária e financeira, no âmbito dos Órgãos e Entidades dos Poderes do Estado de Pernambuco.	1	4%
Noções do Sistema de Escrituração Fiscal - SEF de Pernambuco. (Lei Estadual nº 12.333/03 e alterações).	1	4%
Tribunais de Contas: funções, natureza jurídica e eficácia das decisões	1	4%
Auditoria integral	1	4%
Manual de Auditoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal (aprovado pela Decisão Administrativa nº 41/2011)	1	4%
